

4

4

AGOSTO, 1977

CADERNOS

D C P

DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

# CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

---

AGOSTO DE 1977

Nº 4

---

## ARTIGOS:

LA REPRODUCCIÓN DEL CAPITALISMO PERIFÉRICO  
EXPORTADOR: ESTRUCTURA Y CONTRADICCIONES

*Bernardo Sorj e Leo Zamosc* . . . . . 1

O LEGISLATIVO EM REGIMES AUTORITÁRIOS:  
O CASO DO MÉXICO

*Alejandro Portes* . . . . . 81

A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: RECRUTAMENTO  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA MINEIRA, 1974-1977

*David V. Fleischer* . . . . . 109

POLÍTICA E POLÍTICAS: A CIÊNCIA POLÍTICA E O  
ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Fábio Wanderley Reis* . . . . . 167

NOTÍCIAS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA . . . . . 187

**ESCREVEM NESTE NÚMERO:**

BERNARDO SORJ, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester.

LEO ZAMOSC, pesquisador da Universidade de Manchester, concluindo o Doutorado pela mesma Universidade.

ALEJANDRO PORTES, professor da Duke University, Doutor em Sociologia pela mesma Universidade.

DAVID V. FLEISCHER, professor da Universidade de Brasília, Doutor em Ciência Política pela Universidade da Flórida.

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard.

☆

*As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.*

☆

**Endereço para correspondência:**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
Rua Carangola 288, 3º andar  
30.000 - Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

# A redemocratização em Minas: recrutamento à Assembléia Legislativa Mineira, 1947-1977

*David V. Fleischer*

## 1- INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil havia começado em nível federal com as eleições diretas para Presidente da República e a Assembléia Constituinte realizadas em 2 de dezembro de 1945. Porém, em Minas e nos demais Estados, este processo perdurou através de quatro interventores federais por mais quinze meses, até a posse do Governador eleito, Milton Campos, e da Assembléia Constituinte Mineira em março de 1947.

O presente trabalho tentará analisar os padrões de recrutamento e suas mudanças diacrônicas para os 322 deputados estaduais eleitos para a Assembléia Legislativa Mineira ao longo do período 1947-1977.

A análise dos dados apresentados procurará respostas às seguintes indagações principais: a) Quais foram os antecedentes sociais, ocupacionais e educacionais destes deputados? b) Que tipos de carreira política se revelam? c) Existem padrões diferenciais para certas regiões geográficas? d) Quais tipos de deputados foram recrutados pelos diferentes partidos políticos? e) Tiveram estes partidos estilos definidos de recrutamento? f) Que mudanças foram ocasionadas pela Revolução de 1964 e a subsequente adoção do sistema bi-partidário? g) Quais foram os efeitos da circulação por legislatura e da longevidade das coortes?

### 1.1. O Conceito de Recrutamento Político

O conceito de “recrutamento político” foi elaborado sistematicamente pela primeira vez por Lester Seligman na década de 1950<sup>1</sup>. Com o surgimento da análise funcional na ciência política, na década de 1960, o recrutamento político foi incluído como uma das funções de “entrada” (input) vistas como operantes em todos os sistemas políticos.<sup>2</sup> Durante os últimos dez a quinze anos, estudiosos de política comparada têm usado esta função cada vez mais na análise de vários sistemas políticos, seja como enfoque principal ou como elemento secundário<sup>3</sup>. Recrutamento político se tornou também um instrumento analítico frequentemente utilizado no campo de política comparada estadual nos EE. UU.<sup>4</sup>

Os estudos de recrutamento político podem ser agrupados em três linhas gerais de investigação: (1) estudos de elites; (2) estudos psicológicos sobre motivações, atitudes e pré-disposições das elites; e (3) estudos de antecedentes sociais e de padrões de carreira de líderes políticos. O presente estudo se enquadra nesta terceira categoria.<sup>5</sup>

#### Estudos de Antecedentes Sociais e de Carreira Política

Talvez a abordagem mais comumente usada em investigações sobre o recrutamento político tenha sido a de examinar os antecedentes sócio-econômicos e os padrões de avanço na carreira de ocupantes de importantes cargos políticos. Usualmente, uma posição política institucional específica é escolhida para definir a seção da elite a ser examinada, e dados sobre os antecedentes e a carreira política são coletados para as pessoas que ou ocuparam tal posição ou a ela se candidataram (caso seja cargo eletivo) durante um certo período de tempo. Subtendidas em tais investigações se encontram noções de “representatividade” desta seção da elite *vis-à-vis* a população geral em termos de certas variáveis sócio-econômicas<sup>6</sup>

Tais estudos, feitos sobre períodos bastante longos (de 30 a 50 anos), muitas vezes são utilizados para avaliar as relações entre mudanças “macro” na sociedade, os sistemas econômico e político e a composição da elite política. Frequentemente, ligações causais são postuladas numa direção ou outra (ou como uma espécie de ciclo contínuo).

Quando estudadas ao longo do tempo, porém, estas variáveis relativas a antecedentes podem revelar importantes mudanças estruturais na elite, especialmente as configurações de acesso às decisões políticas de grande porte.

Em sua análise da Assembléia Nacional Turca entre 1920 e 1957, Frey conclui que as proporções de advogados, médicos, comerciantes e outros profissionais aumentaram constantemente, enquanto as de militares, funcionários e religiosos diminuíram. “Localismo”, isto é, a porcentagem de deputados nascidos na região representada, apresenta um índice inicial de 62%, baixa para 30% em 1935, para depois aumentar de novo até 65% em 1957.<sup>7</sup>

Frey explica que estas mudanças na configuração ocupacional da Assembléia acompanham o desenvolvimento político da nação, o crescimento do sistema multipartidário e o maior prestígio e importância de certas ocupações. Com relação à “curva-U” de localismo, Frey afirma que reflete a morte de Mustafá Kemal (Ataturk) em 1938, o início do sistema multipartidário em 1946 e o aumento constante dos advogados e comerciantes (que provêm de bases mais locais).

Em seu estudo longitudinal dos deputados ingleses, Guttsman consegue ligar mudanças na estrutura ocupacional e de classes na Câmara Baixa com certos “divisores de águas” decisivos na história política do país, tais como: extensões sucessivas do direito ao voto durante o século XIX e mudanças nos níveis de urbanização e na configuração econômica da nação.<sup>8</sup>

Dogan, em seu trabalho sobre os deputados franceses durante a Terceira e Quarta Repúblicas, documenta o declínio da classe alta francesa e a conseqüente predominância das classes médias (e mais tarde das mais baixas) refletidas nas mudanças na composição da Assembléia Nacional.<sup>9</sup>

No entanto, Aron nos adverte que a aquisição do “poder político” através de maiorias nos legislativos nacionais *não* foi acompanhada pela conquista do poder econômico por parte das classes médias e baixas na França.<sup>10</sup> Bottomore faz a mesma observação para a Grã-Bretanha em termos da ascensão política das classes trabalhadoras (documentada por Guttsman) e sua subsequente falha em adquirir poder econômico nas décadas de 20 a 50.<sup>11</sup>

Embora esses estudos forneçam subsídios úteis sobre temas como as mudanças nas relações de poder e prestígio dentro da elite, as alterações nos sistemas social, econômico e político e os mecanismos de promoção política nos níveis mais altos da elite pouco ou nada se pode inferir sobre *como* ou *porque* certos atores políticos foram inicialmente recrutados e subsequentemente avançaram suas posições dentro da elite. Para poder se fazer este tipo de inferências, entrevistas intensivas seriam necessárias com uma seção ampla da elite política. Porém, além de serem extremamente caras, técnicas desta natureza tendem a usar uma análise trans-seccional (*cross-sectional analysis*), em vez de longitudinal, assim comprometendo quaisquer conclusões a respeito de mudanças a mais longo prazo.<sup>12</sup>

### 1.2. Recrutamento Legislativo: América Latina e Brasil

Num estudo compilado em 1969, Quandt reportou apenas dois países latino-americanos com dados de recrutamento disponíveis — Argentina e Guatemala.<sup>13</sup> Repassando-se a literatura sobre recrutamento político, fica aparente que aproximadamente dois terços dos estudos foram feitos nos “países desenvolvidos”. Até o início da década de 70, a América Latina recebeu pouca atenção, tendo o Oriente Médio e a Ásia contribuído com mais pesquisas de campo nesta área.

Contudo, nos últimos sete anos, um número substancial de estudos sobre elites políticas e recrutamento político na América Latina foram publicados. Os de maior relevância para o presente trabalho encontram-se numa coleção sobre legislativos latino-americanos organizada por Weston H. Agor.<sup>14</sup> Três capítulos, especialmente, contêm bons dados sobre recrutamento para Argentina, Guatemala e Colômbia.<sup>15</sup> O país mais pesquisado nesta área tem sido a Argentina, com dez bons estudos.<sup>16</sup>

Numa avaliação parecida com a de Quandt, Bob Packenham, em 1965, descreveu o caso do Brasil nos seguintes termos: “Não existem, praticamente, estudos sistemáticos dos antecedentes sociais dos políticos nacionais — por exemplo, ministros de Estado, deputados e senadores, militares influentes, e mesmo presidentes e vice-presidentes —, mas apenas de alguns funcionários estaduais e locais”<sup>17</sup>. Mais recentemente, porém, três estudos foram publicados sobre elites nacionais, sendo um sobre deputados federais e dois sobre os militares.<sup>18</sup> Além disso, três estudos utilizando pesquisas tipo “survey” foram feitos entre legisladores brasileiros em nível nacional, mas o recrutamento não foi o foco principal.<sup>19</sup> Recentemente, Verner publicou comparações internacionais usando dados sobre antecedentes para alguns deputados federais brasileiros.<sup>20</sup> Em sua investigação sobre os partidos políticos, Peterson fornece algumas revelações sobre o papel das convenções partidárias na seleção de chapas em três Estados para as eleições de 1958.<sup>21</sup>

Em âmbito estadual, dados sobre os antecedentes de deputados estaduais eleitos na Guanabara em 1962 foram compilados por Martinez e Arruda; apenas distribuições unidimensionais, porém, foram publicadas.<sup>22</sup> Em 1970, uma equipe de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas aplicou um esquema conceitual mais sofisticado e com técnicas de “survey” entre candidatos a cargos legislativos na Guanabara.<sup>23</sup> Fernando H. Cardoso publicou recentemente um estudo muito interessante sobre a evolução desde 1945 dos partidos políticos paulistas, comparando os antecedentes sócio-econômicos dos deputados estaduais e da bancada federal, com ligações en-

tre o eleitorado e mudanças na estrutura de classes no Estado.<sup>24</sup> Em esforço pioneiro e hercúleo, Orlando M. Carvalho compilou dados de antecedentes para 31.660 ativistas políticos em Minas Gerais (durante 1948). Numa tentativa de ligar a política estadual e municipal com mudanças no sistema social, Carvalho comparou os dados para deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e membros de diretórios locais, por partido, com mudanças demográficas observadas entre os censos de 1940 e 1950.<sup>25</sup>

Um questionário administrado entre deputados estaduais mineiros eleitos em 1966 continha alguns itens sobre antecedentes sociais e cargos prévios, dados estes que foram comparados com partido e atitudes sobre o desenvolvimento econômico.<sup>26</sup> Minas Gerais foi também o objeto de um esquema de pesquisa mais complexo, combinando as técnicas de estudos de antecedentes e de motivações e abrangendo uma seção mais ampla da elite estadual: governadores, vice-governadores, secretários de Estado e deputados federais (1890-1970) e deputados estaduais (1947-1970). Tais dados foram complementados por entrevistas intensivas com deputados atuais e amostras longitudinais entre ex-secretários e deputados que ocuparam estes cargos entre 1945 e 1971. As entrevistas concentraram-se no processo de socialização e recrutamento inicial, bem como na mobilidade política e perspectivas de carreira “aos olhos do político”<sup>27</sup>.

Um número considerável de estudos sobre o poder local tem tratado, embora periféricamente, da seleção e recrutamento inicial de políticos em nível local. Cinco destes foram comparados criticamente por José Murilo de Carvalho.<sup>28</sup>

Em resumo, pode-se dizer que existe um número cada vez maior de estudos desse tipo para o Brasil, e que, embora o Estado de Minas Gerais conte com um número considerável de estudos diversos, ainda necessita de trabalhos mais amplos e sistemáticos sobre a sua elite política. O presente trabalho aspira a dar uma contribuição modesta nesta área de pesquisa, estudando os 322 deputados eleitos para a Assembléia Legislativa Mineira entre 1947 e 1977.

### 1.3. Uma Nota Metodológica

Da mesma maneira que a Constituinte Mineira de 1894, a de 1947 se transformou na primeira legislatura regular, cujo mandato expirou em 31 de janeiro de 1951.<sup>29</sup> A nova Constituição estabeleceu mandatos legislativos de quatro anos, e as legislaturas a serem analisadas abaixo, em número de oito, são:<sup>30</sup>

Primeira – 1947-1951	Quinta – 1963-1967
Segunda – 1951-1955	Sexta – 1967-1971
Terceira – 1971-1975	Sétima – 1971-1975
Quarta – 1959-1963	Oitava – 1975-1981

As legislaturas (e também as coortes) são denominadas pelo ano da primeira sessão: *e. g.*, a legislatura de 1955, eleita em 1954 e exercendo mandato de 1955 a 1959.

Durante a República Velha, o Legislativo Mineiro era composto de 48 deputados e 24 senadores, eleitos para representarem circunscrições eleitorais geograficamente delineadas. No entanto, a Carta de 1947 estabeleceu um cálculo da representação estadual variável de acordo com a população e a ser atualizado após cada censo decenal.<sup>31</sup> Assim, a Assembléia Mineira começou com 72 deputados em 1947, foi aumentada para 74 após o censo de 1950 e para 82 após o censo de 1960. Em 1970, as regras do jogo foram mudadas e a representação estadual passou a ser calculada com base no número de eleitores inscritos, utilizando-se faixas mais regressivas. Desta maneira a Assembléia foi reduzida em 28% (de 82 para 59).<sup>32</sup> Refletindo a expansão do eleitorado, a Assembléia passou a contar com 61 deputados em 1975. Como se observa nos quadros abaixo, estas mudanças numéricas na composição da Assembléia exigem o cálculo das porcentagens e médias sobre um total “conhecido”, ou seja, com a exclusão dos deputados para os quais não foram encontrados dados relativos a variáveis específicas.

Outras duas mudanças sistemáticas distinguem o período pós-1945 da República Velha: (1) eleições legislativas na base de representação proporcional; e (2) o surgimento de um sistema multipartidário e posteriormente bi-partidário.

Quando o sistema de suplentes foi adotado pela legislação eleitoral pós-1945, a substituição se tornou um fenômeno temporário (com as exceções de morte ou renúncia definitiva ao mandato); isto é, um deputado que deixava seu mandato para ocupar outro cargo ou que, por outras razões, entrava em licença provisória podia reassumir seu mandato e desalojar seu suplente a qualquer hora.<sup>33</sup> Embora os dados sobre substituições dentro da Assembléia tenham sido levantados parcialmente, ficou decidido que apenas os deputados que exerceram mandatos plenos durante este período seriam incluídos, e que o grupo de coorte seria calculado com base no primeiro mandato pleno do deputado.

Finalmente, é necessária uma palavra sobre a pesquisa em si.<sup>34</sup> O levantamento dos dados foi feito em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e, em alguns casos, no interior de Minas, entre 1969 e 1971. Foram utilizadas entrevistas diretas com os próprios deputados, a consulta de dicionários e

outras fontes biográficas impressas,<sup>35</sup> consultas aos arquivos da Câmara dos Deputados, da Assembléia Legislativa, do TRE-MG e do TSE em Brasília, e ainda entrevistas com viúvas, filhos e outros parentes de deputados já falecidos. Para os novos deputados eleitos em 1974, foram consultadas apenas as fontes oficiais da Assembléia e do TRE-MG. Os dados foram codificados num formato de oito cartões de 80 colunas e processados pelo programa de computação SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).<sup>36</sup> A operacionalização de conceitos e a construção de variáveis serão descritas abaixo, quando aparecerem no texto pela primeira vez.

## 2- ANTECEDENTES SÓCIO-ECONÔMICOS

Nesta parte, os antecedentes dos deputados serão analisados em termos de ocupação, região de representação, mobilidade geográfica e educação. Posteriormente, estas variáveis por sua vez serão correlacionadas com as de partido, coorte de primeira eleição, legislatura e carreira política.

### 2.1. Ocupação

A extração de informações sobre ocupações de elites com base apenas em dados biográficos na maior parte das vezes é um tanto problemática, e na melhor das hipóteses acaba sendo uma aproximação da realidade. Dados colhidos em entrevistas são muito mais confiáveis neste sentido.<sup>37</sup> Neste estudo, as ocupações foram codificadas por classes de ocupações de maneira muito similar ao sistema usado pelo IBGE no Censo, ao invés de se recorrer a classificações que usam conceitos de status, prestígio ou classe social.

Sendo que muitos deputados foram observados como tendo ocupações múltiplas, estas foram codificadas até quatro, por ordem de importância observada. A importância foi julgada em termos da proporção do sustento econômico derivado de cada ocupação apurada. O Quadro 1 apresenta as frequências correspondentes.

As mais freqüentes ocupações principais são advogado militante, médico-dentista-farmacêutico, agricultura-pecuária, funcionários públicos e professores. No caso da bancada federal para o mesmo período,<sup>38</sup> deputados provindos dos setores de indústria-transportes e bancos-financeiras-empresas-negócios aparecem em maiores proporções, e os de advogado militante, médico-dentista-farmacêutico e funcionários públicos em menores proporções. Sendo que usualmente precisa-se de maior prestígio eleitoral e influên-

Quadro 01: Distribuição das ocupações dos Deputados: de principal à quarta ocupação por ordem de importância observada, e para os formados em Direito (em porcentagem).

CLASSE DE OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA OBSERVADA				MÉDIA GLOBAL	FORMADOS EM DIREITO
	Principal	Segunda	Terceira	Quarta		
Pecuária – Agricultura	13,5	15,3	7,0	6,7	23,2	12,3
Comércio – Serviços Seguros – Diversões	5,5	8,0	10,5	6,7	12,1	4,3
Bancos – Finanças – Empresas – Negócios	5,5	4,0	8,8	0,0	9,3	6,1
Indústria – Transportes	9,3	3,3	3,5	6,7	12,1	5,5
Advogado Militante	21,8	47,3	38,6	26,7	55,4	35,0
Médico – Dentista – Farmacêutico	17,3	3,3	3,5	0,0	19,7	1,8
Professores (Univ., Sec., & Prim.)	10,7	4,0	12,3	20,0	16,3	17,2
Imprensa	2,8	6,0	1,8	0,0	6,2	3,1
Outras Profissões	2,4	3,3	1,8	13,3	5,2	0,6
Funcionário Público	11,1	5,3	12,3	20,0	17,3	14,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0
TOTAL (N)	(289)	(150)	(57)	(15)	(289)	(163)
Ocupação Não-Apurada (N)	(33)	(172)	(265)	(307)	(33)	–

A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

cia geográfica para que alguém se possa eleger deputado federal que estadual, isto pode indicar que aquelas ocupações são mais propícias para tal fim.

Observa-se que, embora 21,8% dos deputados tenham identificado advogado militante como sua ocupação principal, esta categoria acumula uma média global de 55,4% dos deputados que mencionavam *advogado* entre as suas ocupações. Dado que mais de metade dos deputados foram classificados como advogados e assim constituem um grupo muito significativo, decidiu-se examinar sua distribuição ocupacional. Mais de um terço dos deputados formados em direito têm advogado militante como ocupação principal. Os outros foram encontrados em maiores proporções trabalhando no ensino, no serviço público e na agricultura.<sup>39</sup> No Brasil, como em outros países, é muito comum aplicar-se uma formação bacharelesca em outras ocupações, além da advocacia propriamente dita.

O Quadro 2 examina as categorias ocupacionais em termos das variáveis de recrutamento.<sup>40</sup> Os deputados provindos do ensino iniciaram suas carreiras políticas muito cedo, passaram por poucos cargos e chegaram à posição de deputado estadual muito jovens. Para os deputados federais, este mesmo fato se deu com o setor comércio. Embora os advogados comecem na política um pouco mais tarde, apresentam um padrão similar. Já os funcionários públicos, como era de esperar, começam suas carreiras muito jovens, mas sua escalada até a Assembléia é a mais comprida, tanto em termos de número de cargos quanto de anos. Os deputados dos setores da agricultura e do comércio também apresentam carreiras bem compridas, chegando à posição de deputado em idades um pouco acima da média geral.

O caso dos elementos provindos do setor da saúde e das outras profissões é bem diferente. Começam as carreiras em idades bem mais avançadas (32,94 e 32,31 anos em média, respectivamente) e progredem mais ou menos rapidamente para chegar à primeira eleição como deputado nas idades mais avançadas (44,60 e 44,12, respectivamente). Este padrão é o da confirmação na carreira profissional *antes* do recrutamento inicial para a política; ou seja, o que pode ser descrito como um caso de recrutamento lateral, em que se “entra pela janela”, aproveitando-se o prestígio e as habilidades já acumulados na carreira particular. Neste aspecto, os deputados do setor bancos-financeiras-empresas evidenciam carreiras ainda mais abreviadas – começam em idade média, mas passam pelas carreiras mais curtas e chegam a deputados relativamente jovens.

Observa-se que os deputados estaduais mineiros têm um nível mais baixo de educação do que os colegas federais (84,9% vs. 92,4% com curso superior completo, respectivamente). Já em termos de localismo (o inverso de mobilidade geográfica), os primeiros têm índices mais altos – 78,3% vs. 67,6% nascidos na mesma região da sua base política atual.



Quadro 02: Ocupação principal por variáveis de recrutamento e antecedentes sociais, 1947-1975 (em médias e porcentagens)

Ocupação Principal	(N)	Idade 1.º cargo Político	Carreira Pré-A. L. (Anos)	N.º de Cargos Pré-A.L.	N.º de Alter. Nom/Eleit.	Idade Entrada na A. L.	Carreira na A. L. (Anos)	% com Educação Univ.	% com Parentes na Pol.	% com Mob. Geo.
Agricultura	(39)	28,08	14,58	2,49	0,70	42,58	7,18	71,4	84,3	23,5
Comércio	(16)	29,29	14,16	2,20	0,47	43,05	8,75	50,0	66,7	26,7
Bancos-Fin. Emp.	(16)	28,34	9,54	1,54	0,23	38,51	5,25	73,3	84,6	26,7
Indus.-Trans.	(27)	29,33	12,68	1,87	0,74	41,37	6,96	63,6	78,9	21,7
Advog. Mil.	(63)	28,80	10,31	1,56	0,63	38,19	7,81	100,0	69,2	10,4
Saúde	(50)	32,94	12,58	1,78	0,49	44,60	7,04	100,0	77,7	26,3
Professores	(31)	26,93	8,93	1,86	0,41	36,09	7,23	96,8	69,2	17,2
Imprensa	(8)	30,10	11,23	2,29	0,57	40,16	6,50	50,0	42,9	16,7
Outras Profs.	(7)	32,31	8,52	1,83	0,67	44,12	6,86	71,4	60,0	50,0
Func. Públ.	(32)	24,63	15,70	3,44	1,04	40,00	8,38	88,5	87,5	26,9
Média Global 1947-1975	-	28,77	12,15	2,07	0,61	40,63	7,36	84,9	75,5	21,7
(N)	(289)	(193)	(195)	(238)	(238)	(274)	(289)	(259)	(204)	(240)
F (Anova)	-	2,32	1,85	3,29	1,07	3,64	0,85	-	-	-

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

As duas últimas variáveis presumivelmente têm algo a ver com uma possível tentativa de se operacionalizar o conceito de coronelismo.<sup>41</sup> Seu levantamento na literatura e no folclore relevantes sugere a maximização de um padrão “zigue-zague” ascendente, alternando entre cargos eletivos e de nomeação burocrática. Uma vez operando dentro da burocracia (de preferência estadual), o aspirante político utiliza os recursos disponíveis da sua repartição para apoiar os coronéis interioranos, dentro do compromisso coronelista, em troca dos votos destes caciques regionais nas próximas eleições, quando o aspirante completaria uma alternância, ocupando um cargo eletivo. Mais tarde, ele voltaria à burocracia, desta vez em nível mais alto (com mais recursos à mão), e o ciclo se repetiria novamente. Assim, uma seqüência como promotor público-vereador-prefeito-chefe de um programa regional-deputado estadual registraria *três* destas alternâncias, e seria um padrão altamente eficaz dentro do modelo coronelista. Como seria de se esperar, os deputados federais com carreiras mais longas apresentam em média um índice maior de alternâncias (1,05) do que os estaduais (0,61).

Observa-se que os deputados estaduais com médias mais altas neste indicador são os dos setores do serviço público, indústria-transportes e agricultura. Os com médias mais baixas são: bancos-financeiras-empresa, professores e comércio.

Mas se examinarmos o indicador “porcentagem com parentes na política”, os funcionários públicos, bancos-financeiras-empresas e agricultura têm índices altos; já os da imprensa, outras profissões e comércio apresentam índices mais baixos. É interessante observar, ainda, que neste indicador de parentesco político, os federais são bem mais altos: 91,2%, contra 75,5% para seus colegas estaduais.

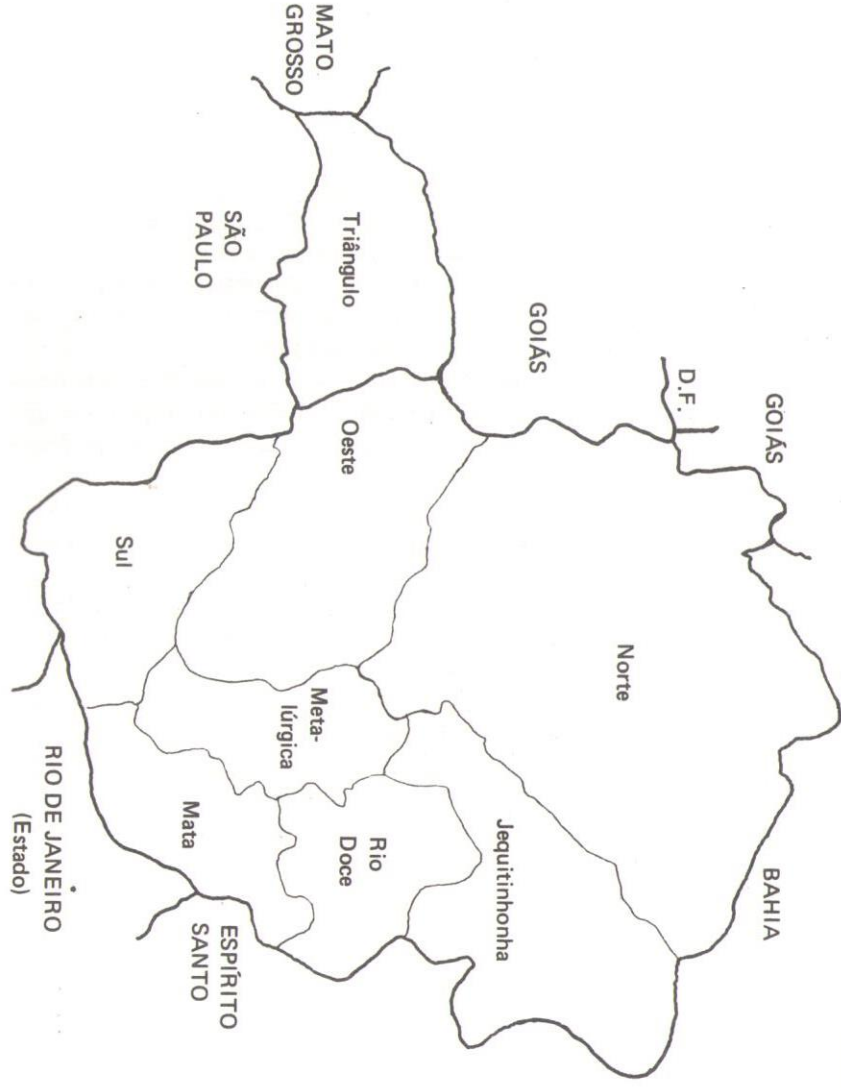
Finalmente, podemos concluir pela análise de variância (teste F) que, para estas variáveis de recrutamento, a variável independente “ocupação principal” discrimina mais as duas variáveis de idade e o número de cargos prévios. E ainda podemos observar que a permanência mais longa na Assembléia é dos deputados do comércio e dos funcionários públicos; e a menor permanência é dos setores bancos-financeiras-empresas e imprensa.

### 2.2. A Dimensão Regional

A Figura 1 apresenta as oito regiões geográficas mineiras usadas nesta fase de análise. Para os deputados, a região foi operacionalizada de duas maneiras: (1) região de base política; e (2) região de nascimento.<sup>42</sup>

O Quadro 3 descreve as regiões em termos das variáveis de recrutamento. Logo de início observa-se que a variável região é responsável por

Figura 01: As regiões fisiográficas do Estado de Minas Gerais



Quadro 03: Região de base política por variáveis de recrutamento e antecedentes sociais, 1947-1975 (em médias e porcentagens)

Região de base Política	(N)	Idade 1.º cargo Político	Carreira Pré-A. L. (Anos)	N.º de Cargos Pré-A. L.	N.º de Alter. Nom/Eleit.	Idade Entrada na A. L.	Carreira na A. L. (Anos)	% com Educação Univ.	% com Parentes na Pol.	% com Mob. Geo.
Norte	(23)	26,99	12,96	2,38	0,81	40,82	7,48	71,4	72,2	22,7
Jequitinhonha	(23)	29,39	11,13	1,46	0,64	39,43	7,13	95,0	77,7	34,8
Rio Doce	(19)	28,65	12,03	1,90	0,53	40,11	7,79	89,5	75,0	31,6
Mata	(54)	30,40	13,20	1,92	0,66	42,62	7,56	83,7	85,0	5,7
Metalúrg.	(53)	28,39	10,27	2,46	0,65	39,14	7,25	74,5	69,0	33,3
Sul	(39)	29,29	11,72	1,97	0,63	40,70	7,38	91,4	72,4	22,2
Oeste	(31)	28,74	13,14	2,11	0,46	40,19	7,87	82,1	88,5	16,7
Triângulo	(13)	27,44	10,88	1,73	0,09	39,91	7,38	90,9	63,6	30,8
Média Global 1947-1975	-	28,90	11,93	2,04	0,60	40,51	7,47	83,5	76,5	22,7
(N)	(255)	(185)	(186)	(226)	(226)	(244)	(255)	(230)	(200)	(247)
F (Anova)	-	0,52	0,54	1,01	0,72	0,72	0,08	-	-	-

muito menos variação nestas variáveis dependentes (em termos do teste F) do que no caso de ocupação principal, e que apenas o indicador “número de cargos prévios” apresenta um índice mais alto.

Os deputados do Norte do Estado começaram muito cedo na política, passaram por carreiras relativamente longas, tiveram índices de coronelismo altos e têm o menor nível de educação; portanto, um padrão bastante tradicional para uma região muito pouco desenvolvida. Já a região Jequitinhonha, que é a menos desenvolvida do Estado, apresenta o maior nível de educação<sup>43</sup> e mobilidade geográfica, padrões de idade e coronelismo perto das médias, mas com carreiras relativamente curtas.

Na Zona da Mata, os deputados militaram na política e chegaram à Assembléia em idades mais avançadas, o que talvez indique que esteja operando o caso de recrutamento lateral.

Estes deputados têm também uma alta proporção com parentes na política e o mais alto grau de localismo, isto é, pouca mobilidade geográfica.

Na região mais industrializada do Estado, a Metalúrgica, os padrões são muito interessantes. Os deputados desta região entraram para a Assembléia nas idades mais jovens, com *pouco* localismo, educação e parentes políticos. Já as suas carreiras pré-Assembléia são as *mais curtas* em termos de anos e as *mais longas* em termos de cargos. Estes padrões, bastante diferentes dos das outras regiões, talvez sejam devidos ao estilo político particular a esta região, ou seja, recrutamento e eleição de candidatos com bases de apoio diferentes das da política mais tradicional – apelos diretos ao eleitorado sem intermediação tradicional (onde família e localismo pesam muito) e com apoio em organizações e no eleitorado sindicalizado.

A região Sul se destaca apenas por um nível relativamente alto de educação. Deputados do Oeste têm carreiras muito longas, mas com poucas alternâncias e níveis altos de educação e localismo. A representação do Triângulo se distingue por carreiras curtas, os mais baixos índices de coronelismo e níveis altos de educação e mobilidade geográfica.

Finalmente, observa-se que, em termos da permanência na Assembléia Legislativa, os deputados do Jequitinhonha ficaram menos tempo e os do Oeste mais: 7,13 e 7,87 anos em média, respectivamente.

### 2.2.1. Localismo e Mobilidade Geográfica

Para este último indicador do Quadro 3, as regiões Jequitinhonha, Metalúrgica e Rio Doce apresentam os *maiores* níveis de mobilidade geográfica (isto é, menos localismo), e a Mata e o Oeste, os *menores* níveis.<sup>44</sup>

Quadro 04: Mobilidade Inter-Regional de Deputados dentro de Minas Gerais (Região de base vs. região de nascimento) por coorte, 1947-1975 \*

REGIÃO DE BASE POLÍTICA	C O O R T E									
	1947	1951	1955	1959	1963	1967	1971	1975		
Norte	+ 2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+ 5,0
Jequitinhonha	- 2,3	- 3,1	0,0	+ 4,5	0,0	+ 5,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Doce	+ 4,5	0,0	+ 3,7	0,0	0,0	0,0	+ 17,6	0,0	0,0	0,0
Mata	- 2,3	- 3,1	0,0	- 4,5	+ 2,4	- 5,7	- 5,9	- 5,9	- 15,0	- 15,0
Metalúrgica	- 6,8	+ 9,4	- 3,7	+ 9,1	0,0	0,0	+ 5,9	0,0	+ 10,0	+ 10,0
Sul	0,0	- 3,1	0,0	- 9,1	- 2,4	+ 2,9	0,0	0,0	+ 5,0	+ 5,0
Oeste	+ 2,3	0,0	0,0	0,0	- 2,4	- 5,7	- 11,8	- 5,7	- 5,0	- 5,0
Triângulo	+ 2,3	**	0,0	**	+ 2,4	+ 2,9	- 5,9	+ 2,9	**	**
Total (N)	(44)	(32)	(27)	(22)	(41)	(35)	(17)	(20)	(20)	(20)
Não-Apurada (N)	(22)	(15)	(16)	(15)	(5)	(2)	(3)	(0)	(0)	(0)

\* - Observa-se que:

+ % = uma entrada líquida de deputados nascidos em outras regiões.

- % = uma saída líquida de deputados para outras regiões.

0,0% = entrada igual saída.

\*\* = ambas as %s são 0,0, i.e. (0,0% menos 0,0%)

A mobilidade geográfica é demonstrada ao longo do tempo no Quadro 4. De modo geral, a região Metalúrgica continua sendo uma grande “importadora” de talentos políticos nascidos em outras áreas, mas com menor intensidade do que no caso dos deputados federais. É interessante notar que, nas coortes de 1963 e 1967, este índice foi a zero, enquanto os deputados federais tiveram nesta mesma época a sua maior migração para esta região mais dinâmica e industrializada do Estado.

A Zona da Mata, que já entrava em declínio depois de 1910, se coloca como uma “exportadora” mais ou menos contínua de futuros deputados estaduais, fenômenos este repetido na região Oeste a partir de 1963. Embora a região Jequitinhonha tenha sido uma grande “exportadora” de deputados federais, é “importadora” esporádica de deputados estaduais.

### 3- RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

Na análise do papel dos partidos políticos mineiros no processo de recrutamento, decidiu-se usar o partido do primeiro exercício como deputado eleito. Esta operacionalização foi usada na confecção dos Quadros 5, 6, 7, 10 e 14.

#### 3.1. A Base Sócio-Econômica

Examinando-se o recrutamento partidário por ocupação no Quadro 5, observa-se que o PSD concentrou seu recrutamento entre advogados e na área da saúde, quase em oposição ao padrão dos pessedistas federais, entre os quais há distribuição ampla por várias categorias ocupacionais. Neste particular o PR apresenta um padrão quase igual.

A UDN também contou com muitos advogados nas suas fileiras, mas surpreendentemente tem uma proporção alta de agricultores, mais uma vez em contraposição ao padrão federal, onde se encontram professores, advogados, imprensa e indústria-transportes.

Em seu trabalho sobre os partidos políticos brasileiros, Paulo Roberto Motta caracteriza o PSD como uma “continuação do conservadorismo republicano. . . não-reformista em cuja composição predominavam os senhores da terra”<sup>45</sup>. Por sua vez, Fernando H. Cardoso descreve o PSD paulista como “conservador-fraco”, e como um “partido de clientela ligado à máquina burocrática federal (. . .), a interesses do grande capital financeiro e interesses agrários”<sup>46</sup>. Este retrato do clientelismo do PSD é substanciado pela

Quadro 05: Ocupação principal por partido de primeiro exercício, 1947-1975 (em porcentagens)

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PARTIDO DE PRIMEIRO EXERCÍCIO							MÉDIA GLOBAL
	PSD	UDN	PR	PTB	Outros Partidos	ARENA	MDB	
Agricultura	13,0	20,8	14,7	0,0	13,5	16,3	6,5	13,5
Comércio	5,8	5,7	0,0	13,6	0,0	11,6	3,2	5,5
Bancos - Fin. - Emp.	5,8	5,7	5,9	0,0	10,8	2,3	6,5	5,5
Indust. - Transp.	8,7	3,8	8,8	22,7	8,1	7,0	16,1	9,3
Advogado Mil.	27,5	26,4	20,6	9,1	18,9	18,6	19,4	21,8
Saúde	24,6	11,3	20,6	18,2	18,9	4,7	22,6	17,3
Professores	1,4	11,3	11,8	13,6	16,2	16,3	12,9	10,7
Imprensa	0,0	3,8	2,9	9,1	2,7	0,0	5,6	2,8
Outras profissões	1,4	0,0	2,9	9,1	0,0	4,7	3,2	2,4
Func. Público	11,6	11,3	11,8	4,5	10,8	18,6	3,2	11,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	(69)	(53)	(34)	(22)	(37)	(43)	(31)	(289)
Ocupação Não-Apurada (N)	(3)	(3)	(6)	(6)	(12)	(1)	(2)	(33)

análise da política regional em volta de Barbacena feita por José Murilo de Carvalho,<sup>47</sup> e em parte pela concentração de médicos, dentistas e farmacêuticos nas fileiras pessedistas, profissões estas notadamente voltadas para a arregimentação de clientela nas pequenas e médias cidades do interior mineiro.

Já para o caso da UDN, Motta diz que “era um partido liberal-burguês de ampla penetração nos setores industriais e de classe média”<sup>48</sup>. Para o caso de São Paulo, Cardoso caracteriza a UDN como sendo o partido “das classes médias tradicionais” que também “tinha vinculação com o interior e com fazendeiros,” pertencendo ao “patriciado tradicional e não mais às classes economicamente dominantes”<sup>49</sup>. Por sua tendência ruralista em Minas Gerais, a UDN (em nível da Assembléia Legislativa) não pode ser caracterizada como partido liberal-burguês do setor urbano.

O PTB mineiro é um caso bastante distinto. Este partido tinha certa base clientelista entre os profissionais da saúde (como foi o caso do PSD), mas seu recrutamento maciço ocorreu no setor indústria-transportes. Em nível federal o mesmo aconteceu, mas em sentido oposto, ou seja, para deputado estadual foram eleitos maiores proporções do setor industrial (em sua maioria operários), enquanto para deputado federal elegeram-se maiores proporções de profissionais em comando das clientela.<sup>50</sup> Como seria de se esperar, o PTB não contou com nenhum elemento dos setores agrícola e bancos-financeiras-empresas.

Os pequenos partidos têm um padrão similar ao PSD por recrutar maiores proporções dos seus adentos nas áreas da saúde e advocacia, mas também conseguiam muita gente do ensino e do empresariado. Esta semelhança com o PSD em parte é devida ao fato de que em Minas os pequenos partidos muitas vezes foram forjados em decorrência de dissidências e cisões dentro dos partidos maiores, e mais comumente no PSD, que se dava ao luxo de vetar candidaturas por causa de “inconveniências regionais”<sup>51</sup>.

Para os partidos formados em 1966, os padrões são nitidamente diferentes, com a exceção apenas dos advogados. Quase um terço dos novos deputados recrutados pela ARENA vem da agricultura e do ensino,<sup>52</sup> e uma boa proporção do funcionalismo público. Isto é explicado em parte pela estruturação da ARENA mineira nas bases do PSD, UDN e PR, e do quase total controle do aparelho do Estado (tanto federal como estadual) nas mãos da ARENA.

O MDB, por sua parte, se apoiou na estrutura do ex-PTB e algumas dissidências do PSD e da UDN, o que em parte explica seu recrutamento de novos adeptos para a Assembléia entre profissionais da saúde e no setor indústria-transportes.

Quadro 06: Região de base política por partido de primeiro exercício como Deputado Estadual, 1947-1975 (em porcentagens)

REGIÃO DE BASE POLÍTICA	PARTIDO DE PRIMEIRO EXERCÍCIO							MÉDIA GLOBAL
	PSD	UDN	PR	PTB	Outros Partidos	ARENA	MDB	
Norte	3,6	8,3	15,6	11,1	7,1	12,2	9,1	9,0
Jequitinhonha	18,2	6,3	6,3	11,1	7,1	7,3	3,0	9,0
Rio Doce	5,5	8,3	12,5	0,0	7,1	7,3	9,1	7,5
Mata	25,5	12,5	31,3	27,8	7,1	31,7	12,1	21,2
Metalúrgica	10,9	16,7	12,5	38,9	35,7	14,6	36,4	20,8
Sul	16,4	16,7	15,6	5,6	17,9	17,1	12,1	15,3
Oeste	10,9	27,1	6,3	5,6	10,7	4,9	12,1	12,2
Triângulo	9,1	4,2	0,0	0,0	7,1	4,9	6,1	5,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	(55)	(48)	(32)	(18)	(28)	(41)	(33)	(255)
Região Não-Apurada (N)	(17)	(8)	(8)	(10)	(21)	(3)	(0)	(67)

3.2. A Base Regional

No caso dos deputados federais, os quatro partidos maiores concentraram seu recrutamento nas duas regiões com maior densidade demográfica-eleitoral – Metalúrgica e Mata. Porém, os cinco agrupamentos que recrutavam deputados estaduais tinham um padrão mais disperso – um padrão de “redutos”. Ou seja, cada partido parecia concentrar seu recrutamento em regiões diferentes:<sup>53</sup> o PSD na Mata e Jequitinhonha (43,7%), a UDN no Oeste, Sul e Metalúrgica (60,5%), o PR na Mata, Norte e Metalúrgica (62,5%), o PTB na Mata e Metalúrgica (66,7%) e os outros partidos na Metalúrgica e Sul (53,6%). Excluídas as duas regiões mais populosas, apenas o Sul aparece como “reduto” de mais de um grupo. Uma observação final distingue a bancada federal petedista dos seus colegas em âmbito estadual: o PTB federal concentrou-se muito nestas duas regiões mais industrializadas e populosas (84,6%) e não tinha nenhum representante com base política em *quatro* das regiões mais periféricas, enquanto contou com representantes em apenas *duas* regiões interiores.

Para o período pós-1964, a ARENA praticamente abdicou da região Metalúrgica em favor do MDB (6 e 12 deputados, respectivamente), mas o inverso se deu na Zona da Mata (13 e 4 deputados). Mais uma vez as bases dos ex-partidos estão evidentes. Ambos os partidos contam com um número razoável de adeptos no Sul, e o MDB no Oeste e a ARENA no Norte.

3.3. Recrutamento Partidário: Estilos

Os estilos de recrutamento dos diversos partidos são examinados no Quadro 7. Tanto o PSD quanto os outros partidos recrutavam seus novos adeptos através de carreiras bastante “institucionalizadas”<sup>54</sup>. Estes dados substanciam a definição popular do PSD como uma “escola política”: em média, seus recrutados levavam quase 14 anos de “sargenteação” até chegarem à Assembléia pela primeira vez (quase 20 anos no caso do PSD federal), ou seja, recebiam um amplo treinamento político. Por isso, os adeptos do PSD chegaram à Assembléia em idades mais avançadas (42,05 anos em média).

O estilo do PR (com a exceção da “liderança” pessoal de Artur Bernardes até 1955) era bem igual ao do PSD, embora os “peerristas” se elegerem um pouco mais cedo.

Por outro lado, a UDN mostra carreiras um pouco mais curtas, e seus adeptos chegavam ao legislativo estadual nas idades mais precoces, entre todos os ex-partidos. Os petebitras tiveram as carreiras mais curtas de todos, mas

Quadro 07: Partido de primeiro exercício por variáveis de recrutamento e antecedentes sociais, 1947-1975 (em médias e porcentagens)

Partido de Primeiro Exercício	(N)	Idade 1.º cargo político	Carreira Pré-A. L. (Anos)	N.º de Cargos Pré-A. L.	N.º de Alter. Nom/Elt.	Idade Entrada na A. L.	Carreira na A. L. (Anos)	% com Educação Univ.	% com Parentes na Pol.	% com Mob. Geo.
P.S.D.	(72)	28,75	13,88	2,19	0,72	42,05	6,56	91,4	91,5	16,7
U.D.N.	(56)	28,40	10,91	1,83	0,33	39,52	8,29	89,4	86,1	20,5
P.R.	(40)	29,01	12,82	1,89	0,61	40,70	8,40	97,0	96,3	16,1
P.T.B.	(28)	29,17	9,85	1,56	0,67	40,27	8,14	63,2	61,5	29,4
Outros Partidos	(49)	27,26	13,16	2,41	0,67	40,16	6,61	90,9	78,3	28,6
ARENA	(44)	29,31	12,97	2,76	0,93	41,58	6,45	78,0	63,9	26,8
M.D.B.	(33)	29,30	8,85	1,36	0,29	38,60	5,94	69,0	58,8	27,3
Média Global 1947-1975	-	28,76	12,08	2,06	0,61	40,57	7,16	85,0	76,1	22,6
(N)	(322)	(195)	(198)	(241)	(241)	(282)	(322)	(260)	(209)	(248)
F (Anova)	-	0,23	1,58	2,85	1,99	0,89	2,27	-	-	-

por militarem na política já mais velhos chegavam à Assembléia em idades médias.

Em termos dos indicadores de coronelismo, o PSD é o mais alto, com o PR logo em seguida. A UDN é baixa em número de alternações, e o PTB tem um índice baixo de parentesco político.

Se tomamos altos índices de educação e parentesco político e baixos índices de mobilidade geográfica como sintomáticos de um padrão “tradicional” de recrutamento, o PSD, o PR e em menor escala a UDN podem ser rotulados de “tradicional”, e o PTB e, em menor escala, os outros partidos, de “menos tradicionais”.

As bancadas do PR, UDN e PTB (nesta ordem) foram as mais estáveis na Assembléia, em termos de anos de permanência. Já o PSD e os outros partidos exibiram maiores níveis de circulação dentro das suas bancadas.

No período pós-1964, a ARENA e o MDB têm estilos bem diferenciados. A ARENA demonstra uma “sargenteação” digna do ex-PSD e um indicador alto de coronelismo. Já os adeptos do MDB provêm de carreiras muito curtas e entram na Assembléia nas idades mais jovens entre todos os partidos. Também seus indicadores de coronelismo e educação são os mais baixos.

É interessante notar que, de modo geral, os indicadores para educação e parentes na política são mais baixos para o período revolucionário do que para o período anterior, o que também foi observado para a bancada federal mineira.

Finalmente, é ainda interessante notar que a variável partido de primeiro exercício discrimina bem três das variáveis dependentes em termos de variação: número de cargos, carreira na A. L. e número de alternações.

#### 4— ANÁLISE LONGITUDINAL, POR COORTE E LEGISLATURA

Até agora, os 322 deputados estaduais foram tratados como um grupo único ao longo do período 1947-1977, e a análise centrou-se nas relações entre pares de variáveis. Talvez a maneira mais interessante e esclarecedora de examinar o processo de recrutamento seja a que analise certas variáveis longitudinalmente — neste caso, através de oito pontos distintos no tempo, por coortes e legislaturas.<sup>55</sup>

#### 4.1. Análise das Coortes

A análise de “grupos de coorte” examina o aspecto mais saliente de mudança ao longo do tempo, isto é, o grupo de deputados “calouros” que toma posse em cada sessão legislativa, de quatro em quatro anos.<sup>56</sup> Mudanças observadas nos grupos de coorte são mais estreitamente paralelas (coincidentes) às mudanças “macro” na sociedade e no sistema político, ao passo que mudanças na composição das legislaturas (neste caso a A. L. inteira) só serão refletidas mais adiante, em legislaturas futuras. Pela análise de coortes, os efeitos destas “classes” ou “gerações” de legisladores, em termos de longevidade e comportamento relativo a *decision-making*, podem ser observados ao longo do tempo, quando eles progredem na carreira política.

##### 4.1.1. Ocupação Principal

O Quadro 8 apresenta a composição ocupacional das coortes. De acordo com o padrão tradicional já apontado, a preponderância de advogados e profissionais da saúde se deu até 1951, para depois diminuir aos poucos, até seu ponto mais baixo em 1975. O setor agrícola apresenta um padrão oposto. A partir do seu índice mais baixo na coorte inicial (6,6%), cresce lentamente, ao ponto de ser o maior grupo ocupacional nas coortes de 1959 e 1963, e tem uma *revanche* menor em 1971. Outro grupo com o rótulo de tradicional apresenta um padrão similar — os funcionários públicos, com “picos” em 1951, 1959 e 1971.<sup>57</sup>

A coorte de 1963 é bastante desconcertante, por agregar pontos altos para vários grupos (agricultura, comércio, empresários, professores e outras profissões) e pontos baixos para outros (indústria-transportes, advogados, imprensa e funcionários públicos). Por um lado, esta coorte foi eleita no auge do populismo no país (1962); por outro lado, marcou a volta da UDN ao Palácio da Liberdade após ser alijada do poder por dez anos. O saldo da UDN na A. L. foi surpreendente; no fim do mandato de Milton Campos, nas eleições de 1950, conseguiu aumentar sua bancada de 16 para 21 (ficando em segundo lugar, após o PSD, com 22). Em 1958 foi reduzida ao quarto lugar, com 11 deputados, mas em 1962 conseguiu eleger 26, contra 18 do PSD. Dos novos deputados eleitos na coorte de 1963, a UDN é responsável por uma boa parte.<sup>58</sup>

Após a revolução de 1964, observamos o retorno, inicialmente, dos setores indústria-transporte e comércio, e posteriormente, dos professores,

Quadro 08: Ocupação principal por Coorte, 1947-1975 (em porcentagens)

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	C O O R T E							MÉDIA GLOBAL	
	1947	1951	1955	1959	1963	1967	1971	1975	
Agricultura	6,6	12,5	13,9	18,2	22,2	8,8	20,0	10,0	13,5
Comércio	3,3	2,5	8,3	0,0	8,9	11,8	5,0	5,0	5,5
Bancos - Fin. - Emp.	6,6	0,0	8,3	3,0	11,1	2,9	5,0	5,0	5,5
Indus. - Trans.	9,8	2,5	13,9	15,2	4,4	20,6	0,0	5,0	9,3
Advogado Mil.	27,9	27,5	19,4	18,2	17,8	20,6	25,0	10,0	21,8
Saúde q	27,9	20,0	16,7	12,1	13,3	14,7	10,0	10,0	17,3
Professores	6,6	7,5	5,6	12,1	15,6	8,8	15,0	25,0	10,7
Imprensa	1,6	10,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	10,0	2,8
Outras profs.	0,0	0,0	2,8	0,0	6,7	0,0	0,0	15,0	2,4
Func. público	9,8	17,5	11,1	18,2	0,0	11,8	20,0	5,0	11,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	(61)	(40)	(36)	(33)	(45)	(34)	(20)	(20)	(289)
Ocupação Não- Apurada (N)	(11)	(7)	(7)	(4)	(1)	(3)	(0)	(0)	(33)

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

advogados e funcionários públicos. Após uma certa concentração de grupos ocupacionais nas coortes de 1967 e 1971, observa-se uma distribuição mais ampla (isto é, mais equitativa) em 1975.

### 4.1.2. Análise Longitudinal

As oito coortes são descritas em termos das variáveis de recrutamento no Quadro 8. Pelos dados de idade e de carreira pré-legislativa, não há uma tendência de "institucionalização" do recrutamento<sup>60</sup>; ao contrário, as carreiras se mantêm mais ou menos estáveis até as coortes de 1963 e 1967, quando os novos estreados são provenientes de carreiras bem mais curtas e entram na A. L. em idades bem mais jovens. Já logo em seguida a coorte de 1971 apresenta uma forte "re-institucionalização", ou seja, deputados novos com as carreiras mais longas e eleitos em idades mais velhas. Em 1975, a situação se inverte; uma safra de deputados novos com menos experiência política e mais jovens.

Este fenômeno é bem paralelo ao caso dos deputados federais mineiros. Este recrutamento diferencial nas eleições de 1970 pode ser em grande parte causado por dois fatores: (1) uma mais arraigada disputa eleitoral (menos vagas e maior quociente eleitoral) e portanto maior competição intrapartidária (já descrito na nota 32 deste trabalho); e (2) o ambiente político no Estado e Nação ser um tanto restritivo e desestimulante a candidaturas legislativas. Tudo isto fez com que os mais experientes se candidatassem, cujas chances de se eleger eram maiores.<sup>61</sup>

Já em 1974 (e de certo modo 1966) o clima político era diferente; havia menos restrições, a campanha foi conduzida com maior liberdade, o que criou uma certa euforia. Lembremos também que em 1966 e 1974 o MDB elegeu maiores proporções de novos deputados do que em 1970. Portanto, as coortes de 1967 e 1975 incluem elementos mais jovens com menor experiência política.<sup>62</sup>

Em termos dos indicadores de coronelismo, é interessante observar que, embora as primeiras três coortes sejam as mais altas em termos de parentesco político, o indicador "número de alternações" é extremamente baixo em 1947 e 1951, só passando a subir em 1955 para seu apogeu em 1959. Esta não-coincidência dos indicadores em 1947 e 1951 é devida à inexistência de cargos eletivos entre 1937 e 1947, o que afeta a carreira normal destes futuros deputados estaduais. Sendo que, em média, suas carreiras pré-A. L. se situaram entre 13 e 14 anos, os únicos cargos eletivos que poderiam ter ocupado são os de prefeito ou vereador no curto período de 1935 a 1973.



Quadro 09: Resumo das mudanças diacrônicas por Coorte, 1947-1975  
(em médias e porcentagens)

VARIÁVEIS DE RECRUTAMENTO	C O O R T E							MÉDIA GLOBAL	F Anova	
	1947	1951	1955	1959	1963	1967	1971			1975
Idade primeiro cargo político	27,65	28,34	29,66	27,18	29,33	30,05	27,71	29,67	28,76	0,53
Carrreira pré-A. L. (Anos)	13,21	13,58	12,52	12,55	10,76	10,70	13,92	9,49	12,08	0,88
N.º de cargos pré-A.L.	2,13	2,00	2,04	2,23	1,74	1,55	3,47	1,90	2,06	2,73
N.º de alterações nomeado/eleito	0,44	0,44	0,73	1,08	0,49	0,55	0,90	0,60	0,61	1,60
Idade entrada na Assembléia	41,28	41,66	40,96	39,81	39,64	39,91	41,65	39,62	40,57	0,39
% com Educação Universitária	95,8	91,9	75,8	96,8	82,9	80,0	75,0	65,0	85,0	-
% com parentes na política	95,6	85,7	92,3	81,8	75,8	76,0	61,1	15,0	76,1	-
% com mobilidade geográfica	23,4	18,8	16,7	20,8	22,0	19,4	38,9	30,0	22,6	-
Retorno (%)	34,7	40,4	39,5	51,4	54,3	48,6	50,0	?	44,0	-
"Meia-vida"	3,16	3,36	3,30	4,19	4,50	3,89	4,0	?	-	-
"Terça-vida"	4,31	7,34	5,19	6,43	6,42	*	?	?	-	-

\* \* - Seria mais que 8,00 anos.

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

Já de 1955 em diante, elegem-se deputados com experiência política no período pós-1947, e portanto com maiores chances de acumular alternâncias. Continuando o raciocínio dos dois parágrafos anteriores, o indicador "alternâncias" é bem mais alto em 1971 do que em 1967 ou 1975; quanto a parentesco político, porém, parece haver um declínio linear após o pico de 1955.<sup>63</sup>

Este mesmo declínio constante se observa para o nível de educação das coortes. Com exceção das coortes de 1955 e 1959, este indicador decresce de um ponto alto de 95,8% com curso superior em 1947 para um mais baixo de 65,0% em 1975.

Após uma coorte inicial normal em termos de localismo (76,6%) em 1947, as próximas duas coortes são muito "locais" (81,2% e 83,3%). Mas a ênfase neste critério de recrutamento diminui bastante nas últimas duas coortes (61,1% e 70,0%).

Para a variável coorte, a análise de variância demonstra uma relação forte apenas com número de cargos e de alternâncias.

Finalmente, neste quadro há três indicadores de durabilidade ou longevidade das coortes.<sup>64</sup> Como havia de se esperar, o retorno da coorte "constituente", por ser a maior coorte, apresentou um nível baixo: 34,7% voltaram em 1951. Enquanto a média geral de retorno situa-se em 44%, os retornos das coortes de 1959 e 1963 foram bem altos, assim como suas "meia" e "terça-vidas". Os estreantes em 1951 tiveram uma longevidade (terça-vida) muito longa, e, dado o critério de antigüidade, estes elementos "resistentes" devem ter tido forte influência na casa, nas suas bancada e na liderança. Na época atual, pode-se afirmar o mesmo para a coorte de 1967.

Finalizando a análise das coortes, o Quadro 10 discrimina as coortes partidárias por idade de entrada na A. L. O PSD, que tem a idade média mais alta, mostra uma curva U invertida, com seu apogeu em 1955. Embora a UDN tenha coortes iniciais mais jovens que o PSD, também cresce até um apogeu em 1955, e sua queda em mais ou menos 5 anos em 1959 é igual à do seu tradicional adversário. Mas em 1963 a UDN recruta uma coorte até mais velha do que o PSD, exatamente quando recuperou a maioria na A. L.

A tendência geral do PR, com pequenas flutuações, foi de eleger coortes cada vez mais jovens ao longo do período: após a coorte mais velha de todas em 1947 (44,44 anos em média), chega em 1963 com a mais jovem (34,28 anos).

O PTB também começa com uma coorte bastante velha em 1947; as idades vão diminuindo em seguida, até subirem de novo a partir de 1959 — uma curva em U. Nisso os outros partidos são paralelos. O fato de o PTB buscar novos candidatos cada vez mais jovens em 1950 e 1954 talvez se deva à intervenção da direção nacional do partido.<sup>65</sup>

Quadro 10: Idade no primeiro exercício como Deputado Estadual por coorte e partido, 1947-1975 (em médias)

Partido de Primeiro Exercício	C O O R T E								MÉDIA GLOBAL	
	1947	1951	1955	1959	1063	1971	1975			
P.S.D. (62)	41,20	46,25	44,09	39,30	39,76	-	-	-	42,05	
U.D.N. (50)	38,10	39,75	42,64	37,35	40,27	-	-	-	39,52	
P.R. (33)	44,44	38,05	41,44	39,80	34,28	-	-	-	40,70	
P.T.B. (23)	44,15	40,57	37,06	38,77	41,99	-	-	-	40,27	
Outros Partidos (38)	42,18	42,67	36,64	42,15	38,94	-	-	-	40,16	
ARENA (43)	-	-	-	-	-	40,81	42,70	41,23	41,58	
M.D.B. (33)	-	-	-	-	-	38,77	37,46	38,74	38,60	
Média Global (N)	41,28 (49)	41,66 (39)	40,95 (36)	39,81 (37)	mm39,64 (45)	39,91 (36)	41,65 (20)	39,62 (20)	40,56 (282)	
N.A. (N)	(23)	(8)	(7)	(0)	(1)	(1)	(0)	(0)	(40)	

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS:...

Na época pós-1964, a ARENA tem uma curva U invertida, com sua coorte *mais velha* em 1971. O padrão do MDB é exatamente o oposto; uma curva U com sua coorte *mais nova* em 1971. A variação do MDB é bem menor do que a que se registra para a ARENA. Mais uma vez o ambiente político de 1970 parece estar operante.

### 4.2. Análise das Legislaturas

Como se disse na parte 4.1. deste trabalho, a análise por coortes reflete mais nitidamente e mais “na hora” as mudanças ocasionadas nas várias dimensões do recrutamento pelos fatores “macro” dos sistemas sócio-econômico e político. Mas como o presente estudo trata do Poder Legislativo inteiro, e não apenas de uma bancada estadual, torna-se imprescindível analisar as mudanças diacrônicas na composição da Assembléia Legislativa como um todo, o que se justifica tanto mais pelo fato de a Assembléia ser um poder normativo onde teoricamente o povo se faz representar para elaborar leis e normas que afetarão as suas vidas e interesses. Por isto, esta parte da análise examina o recrutamento dos que desempenharam a função do *rulemaking* durante as oito sessões do legislativo mineiro.

#### 4.2.1. A Dimensão Regional

A análise da representação regional na A. L. é um tanto problemática, dentro do sistema proporcional, por ser bastante difícil identificar *qual* região o deputado realmente representa. Esta dificuldade se deve a dois fatores: (1) nos casos de deputados com votação dispersa, sem redutos formados, sua região de apoio ou “base” política se torna difícil de identificar;<sup>66</sup> e (2) o problema de deputados “móveis” (ou “paraquedistas”, no linguajar do político) que a cada eleição buscam votos em regiões diferentes.

Diante disso, examinaremos a representação regional sob dois aspectos: suas mudanças longitudinais e a distribuição face à regionalização da população mineira em 1950 e 1970.

Tomando as duas regiões mais populosas do Estado, a Mata e a Metalúrgica, vemos que ao longo das primeiras quatro legislaturas estas regiões conseguem manter uma representação política além da sua proporção da população, com ligeira vantagem para a Zona da Mata. Nas eleições de 1962, essas duas regiões sofrem uma queda violenta e são superadas pelo Oeste, região natal do então governador Magalhães Pinto. Se conjugamos a maciça

Quadro 11: Região de base política por legislatura, 1947-1975 (em porcentagens)

REGIÃO DE BASE POLÍTICA	L E G I S L A T U R A										POPULAÇÃO EM	
	1947- 1951	1951- 1955	1955- 1959	1959- 1963	1963- 1967	1967- 1971	1971- 1975	1975- 1979	1950	1970		
Norte	9,6	8,0	7,3	5,6	10,1	10,9	6,8	9,8	10,8	11,4	11,4	11,4
Jequitinhonha	5,8	12,0	12,7	14,8	11,6	6,1	1,7	1,71	11,4	9,1	11,4	9,1
Rio Doce	9,6	2,0	5,5	9,3	8,7	12,2	8,5	8,5	11,5	14,8	11,5	14,8
Mata	23,1	18,0	21,8	25,9	15,9	18,3	20,3	18,0	17,2	13,8	17,2	13,8
Metalúrgica	21,2	22,0	20,0	22,2	15,9	17,1	25,4	23,0	14,4	20,5	14,4	20,5
Sul	13,5	18,0	18,2	11,1	14,5	14,5	18,6	18,0	17,2	13,6	17,2	13,6
Oeste	13,5	16,0	9,1	9,3	17,4	13,4	8,5	13,1	13,1	10,9	13,1	10,9
Triângulo	3,8	4,0	5,5	1,9	5,8	7,4	10,2	3,2	4,4	5,9	4,4	5,9
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	(52)	(50)	(55)	(54)	(69)	(82)	(59)	(61)	-	-	-	-
Região Não-Apurada (N)	(20)	(22)	(19)	(20)	(13)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

vitória eleitoral da UDN em 1962 (em detrimento principalmente de PSD e PR, e em menor escala de PTB) e os dados vistos no Quadro 6 (onde se observou o Oeste como a região predominante da UDN, assim como a concentração de PSD, PR e PTB na Mata e na Metalúrgica), em grande parte se explica este fenômeno. Estas duas regiões recuperam muito pouco na sexta legislatura em decorrência das cassações no período 1964-65, que as atingiram diferencialmente. Nas últimas duas legislaturas, elas reafirmam suas posições, mas já com uma preponderância da Metalúrgica, reflexo da sua maioria demográfica em 1970.

A terceira região, em média, na representação política ao longo do período, o Sul, rivalizava com a Mata como a mais populosa no censo de 1950, tendo sofrido quase igual declínio em 1970. Esta região, que detinha forte liderança na política mineira durante a República Velha, continua a demonstrar tal importância até sofrer uma queda quatro anos antes das duas rivais, na quarta legislatura. Mas volta a compartilhar da liderança a partir de 1971.

A região menos desenvolvida do Estado, o Jequitinhonha, após uma fase de "super-representação" na segunda, terceira e quarta legislatura, começa a decair e acaba muito "sub-representada" nos dois últimos períodos. Isso talvez possa ser explicado por três fatores: (1) seu declínio populacional; (2) o declínio do PSD, que era seu partido predominante (Quadro 6); e (3) sua "exportação" de talentos a partir de 1959 (Quadro 4). Em contrapartida, o Norte, que mantém sua posição populacional, está sempre ligeiramente "sub-representado", mas flutua menos e apenas em torno dos picos na quinta e sexta legislaturas.

Lembrando os comentários anteriores sobre a grande influência do executivo estadual, quatro picos regionais saltam aos olhos: o Oeste em 1950 e 1962 (UDN no poder, e Magalhães como Secretário das Finanças e Governador, respectivamente); a Mata em 1958 (Bias Fortes como Governador); e o Triângulo em 1970 (ano da indicação do Governador Rondon Pacheco). Assim, sustenta-se a idéia de que o "nativismo" de governadores e outros influentes políticos da máquina estadual podem melhorar, embora temporariamente, a representação política das suas regiões de origem.<sup>67</sup>

### 4.2.2. A Dimensão Sócio-Econômica

Se dividirmos a evolução política do estudo em três épocas distintas — (1) a redemocratização e o declínio do modelo tradicional, 1947-1959; (2) o período populista, 1959-1967; e (3) a época pós-revolucionária, 1967-1979 —, podemos analisar os dados da seguinte maneira.

Quadro 12: Ocupação principal por legislatura, 1947-1975 (em porcentagens)

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	L E G I S L A T U R A								MÉDIA GLOBAL	
	1947- 1951	1951- 1955	1955- 1959	1959- 1963	1963- 1967	1967- 1971	1971- 1975	1975- 1979		
Agricultura	6,6	11,3	9,1	15,9	19,2	15,4	17,2	8,3	13,5	
Comércio	3,3	3,2	6,1	4,3	6,4	10,3	10,3	8,3	5,5	
Bancos - Fin. - Emp.	6,6	0,0	4,5	1,4	7,7	5,1	1,7	3,3	5,5	
Indus. - Trans.	9,8	6,5	9,1	13,0	6,4	11,5	6,9	6,7	9,3	
Advogado Mil.	27,9	27,4	24,2	21,7	17,9	20,5	25,9	21,7	21,8	
Saúde	27,9	22,6	21,2	17,4	12,8	10,3	10,3	11,7	17,3	
Professores	6,6	8,1	6,1	7,2	12,8	11,5	12,1	20,0	10,7	
Imprensa	1,6	6,5	4,5	2,9	1,3	0,0	0,0	3,3	2,8	
Outras profs.	0,0	0,0	1,5	1,4	3,8	3,8	1,7	5,0	2,4	
Func. Público	9,8	14,5	13,6	14,5	11,5	11,5	13,8	11,7	11,1	
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total (N)	(61)	(62)	(66)	(69)	(78)	(78)	(58)	(60)	(289)	
Ocupação Não- Apurada (N)	(11)	(10)	(12)	(5)	(4)	(4)	(1)	(1)	(33)	

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

No primeiro período há um forte predomínio dos advogados e profissionais da saúde, aumentando também as proporções do serviço público e da imprensa desde 1951, mas as proporções de fazendeiros se mantêm relativamente baixas. Na época tida como “populista” na literatura sobre a política nacional, há realmente um surto de agricultores que alcançam igualdade com os advogados, que já estão em franco declínio. O setor da saúde também está em declínio. Por outro lado, as ocupações tachadas como “modernizantes” (empresários, indústria-transportes, professores) estão em ascensão, proporcionalmente, enquanto os funcionários públicos mantêm sua posição anterior. Já nas três legislaturas pós-1964, observamos o declínio dos setores agrícola, empresarial, indústria-transporte, saúde e imprensa; o aumento nas proporções de comércio, professores e outras profissões; e a manutenção das posições dos advogados e funcionários públicos.

No primeiro período confirmamos o declínio do modelo clientelista-tradicional. Já os efeitos do período “populista” foram “mistos” em Minas Gerais, pois embora alguns setores tradicionais tenham continuado perdendo terreno, outros passaram a ganhar. Se consideramos os impactos econômico, ideológico e eleitoral<sup>68</sup> da Revolução de 1964, vemos que são consistentes com os setores beneficiados em termos de maiores chances de eleição e portanto maior probabilidade de aumentar a representação na A. L.

### 4.2.3. Mudanças Diacrônicas

Continuando com a mesma periodização usada na parte anterior (Quadro 13), observa-se que, no período 1947-1959, os deputados são cada vez mais velhos e locais, começando suas carreiras cada vez mais tarde. Os indicadores de coronelismo baixam em 1951, mas sobem de novo em 1955, tendência igual à que ocorre com o número de cargos pré-A. L. Um traçado oposto é exibido por nível de educação, que alcança seu ponto mais alto na segunda legislatura – realmente um grupo singular este, cuja eleição coincidiu com a de Juscelino Kubitschek como governador.

Na época populista (1959-1967) parece ter havido uma espécie de “re-institucionalização”, pois as carreiras se tornam mais longas e as idades um pouco mais avançadas. Os indicadores de coronelismo são contraditórios: o de alterações aumenta muito, enquanto o de parentesco político diminui. Educação e localismo se mantêm constantes.

A partir de 1967 as idades médias dos deputados aumentam bastante, mas as carreiras se tornam mais curtas e menos experientes (com a exceção

Quadro 13: Resumo das mudanças diacrônicas por legislatura, 1947-1975  
(em médias e porcentagens)

Variáveis de Recrutamento	L E G I S L A T U R A								MÉDIA GLOBAL
	1947-1951	1951-1955	1955-1959	1959-1963	1963-1967	1967-1971	1971-1975	1975-1979	
Idade primeiro cargo político	27,65	28,48	29,00	28,05	28,90	29,52	29,54	29,67	28,76
Carreira Pré-A. L. (Anos)	13,21	13,25	12,28	13,35	11,28	10,22	11,18	9,90	12,08
N.º de cargos pré-A.L.	2,13	1,75	1,92	2,11	1,93	1,53	2,20	1,93	2,06
N.º de alterações nomeado/eleito	0,61	0,40	0,56	0,75	0,61	0,43	0,62	0,66	0,61
Idade atual dos Deputados	41,29	41,68	42,36	43,79	42,81	43,11	45,81	46,91	-
% com parentes na política	94,6	86,4	89,8	86,0	81,7	84,7	72,5	49,1	76,1
% com mobilidade geográfica	23,4	22,9	18,2	20,8	18,8	19,8	23,2	22,0	22,6
Retorno (%)	8,3	34,7	41,9	50,0	43,9	54,9	66,1	69,9	44,0
Exp. parlamentar anterior (Anos)	* *	1,39	2,27	3,08	2,83	3,66	5,22	6,43	-

\* \* - Não foi calculado para o período pré-1947.

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

da sétima legislatura). O parentesco político diminui, mas as alterações, após uma queda em 1967, voltam à média. O localismo e nível de educação diminuem um pouco.

Um indicador novo apresentado no Quadro 13 é o de experiência parlamentar anterior (*tenure*)<sup>69</sup>. Como se pode ver, este índice aumenta normalmente ao longo do tempo (como ocorre em parlamentos comumente), sofrendo um pequeno baque na quinta legislatura, que foi justamente quando a UDN se tornou maioria.

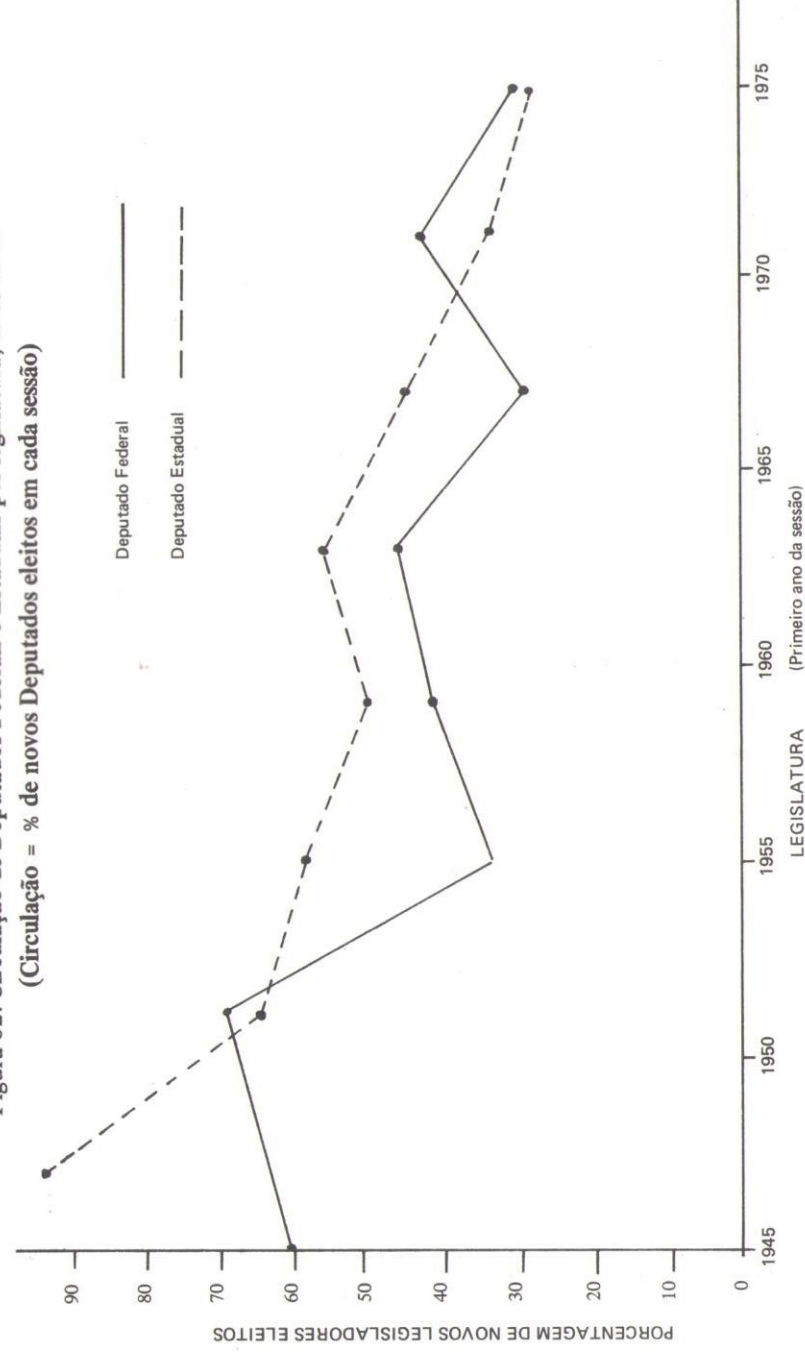
Para efeito de comparação, a Figura 2 contrasta a circulação (porcentagem de "sangue novo") em cada legislatura da Assembleia com a da bancada federal. Duas tendências saltam aos olhos: (1) a circulação (*turnover*) entre os deputados estaduais tende a ser maior do que entre os federais; e (2) esta circulação, para os dois grupos, tende a diminuir ao longo do período, embora a oscilação da bancada federal seja maior, e quase cíclica. Neste particular, a bancada federal se mostra *mais estável* em 1955, 1967 e 1975, e *menos estável* em 1951, 1963 e 1971.

Na parte 1.1. deste trabalho, levantou-se a hipótese de que fatores provindos do sistema político e sócio-econômico exerçam influência sobre o recrutamento legislativo. Através da periodização da história política viu-se esta suposição parcialmente confirmada.

Finalizamos a análise diacrônica das legislaturas com o Quadro 14, que mostra as idades médias das bancadas partidárias nas oito sessões.<sup>70</sup> No período multi-partidário notamos que a média aumenta lentamente para diminuir na quinta legislatura. As bancadas do PSD e da UDN tendem a um crescimento linear durante o período, mas a UDN começa com a bancada mais jovem na Constituinte. O PR começa e termina em idades bem avançadas, aproximando-se à curva U. O PTB e os Outros Partidos são tão paralelos quanto o PSD e a UDN: o PTB começa com uma bancada mais velha e oscila numa curva tipo "S deitado"; o traçado dos outros partidos é similar, só que a sua curva baixa na terceira legislatura, ao invés da segunda.

Já no período pós-Revolucionário, a ARENA demonstra um padrão igual aos seus progenitores, o PSD e a UDN, com um crescimento linear até terminar com a bancada mais velha de todas, 49,00 anos em média em 1975. O MDB, por sua vez, tem um crescimento mais ou menos igual ao da ARENA da sexta para a sétima legislatura, em torno de três anos. Mas, enquanto a ARENA continua nesta linha, a bancada emedebista fica mais moça, refletindo o ambiente político menos restritivo, a campanha mais aberta e o aumento substancial da bancada em 1974.

Figura 02: Circulação de Deputados Federais e Estaduais por legislatura, 1945-1975  
(Circulação = % de novos Deputados eleitos em cada sessão)



Quadro 14: Idade por sessão legislativa e partido,\* 1947-1975 (em médias)

AFILIAÇÃO PARTIDÁRIA	L E G I S L A T U R A									
	1947- 1951	1951- 1955	1955- 1959	1959- 1963	1963- 1967	1967- 1971	1971- 1975	1975- 1979		
P.S.D.	41,23	45,12	44,76	45,48	45,17	-	-	-		
U.D.N	38,11	39,08	41,79	41,15	42,00	-	-	-		
P.R.	44,43	38,26	42,00	43,57	44,20	-	-	-		
P.T.B	44,15	40,94	42,59	43,65	42,85	-	-	-		
Outros partidos	42,18	42,81	37,30	43,13	40,43	-	-	-		
ARENA	-	-	-	-	-	43,92	46,20	49,00		
M.D.B.	-	-	-	-	-	40,51	44,28	43,70		
Média Global	41,29	41,68	42,36	43,79	42,81	43,11	45,81	46,91		
(N)	(49)	(58)	(66)	(73)	(81)	(80)	(58)	(61)		
N.A. (N)	(23)	(14)	(08)	(01)	m (01)	(02)	(01)	(0)		

\* - Idade calculada em 31 de janeiro do primeiro ano de cada sessão, e para a afiliação partidária de então.

5- CARREIRAS POLÍTICAS PRÉ-ASSEMBLÉIA

A Figura 3 traça as seqüências de carreira dos deputados estaduais de maneira cumulativa. Inicialmente observamos que 11,2% dos deputados chegaram à Assembléia sem ocupar nenhum cargo prévio, em contraste com 13% para a bancada federal. Apenas 4 tinham sido eleitos para legislaturas anteriores à de 1947, contra 3 na bancada federal.

Em termos dos trampolins de acesso direto à A. L., a maioria veio da política municipal, 45,8%, em partes mais ou menos iguais de prefeito e vereador. Do nível estadual vieram 27,5%, em sua maioria da burocracia de alto escalão, e da burocracia federal 7,6%.

Se excluimos os sem informação e os sem cargo prévio e dividimos os 36 deputados provindos da "caixa preta" candidatos-não-eleitos em partes iguais, chegamos à conclusão de que o número de deputados provindos de cargos eletivos é mais ou menos igual ao de cargos não-eletivos, 50,7% e 49,3%, respectivamente.

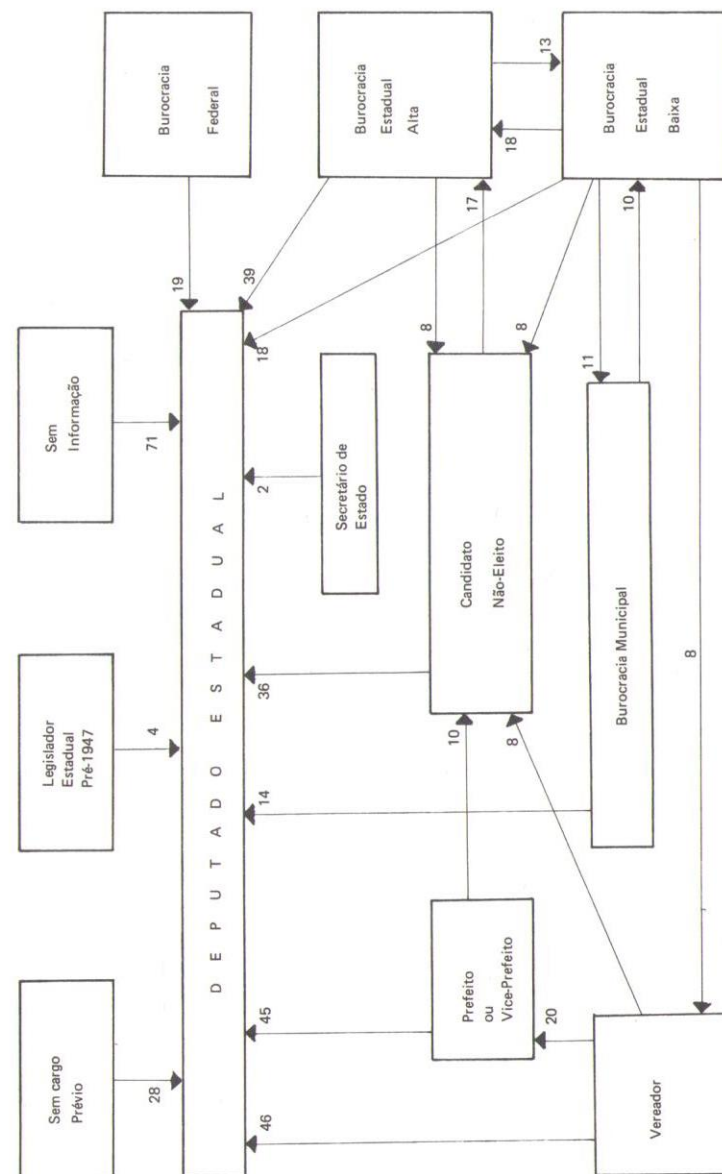
Há seqüências tradicionalmente conhecidas, por exemplo: uns 40% dos prefeitos que se elegeram deputados foram vereadores antes; e uns 60% dos burocratas do alto escalão estadual avançaram do escalão inferior.

Existe certa circulação entre as burocracias municipal e estadual, quase por igual, que provavelmente é devida à ocupação de cargos na Prefeitura de Belo Horizonte. Como é de praxe, muitas vezes o candidato derrotado consegue uma colocação nos altos escalões da burocracia estadual, caso seu partido esteja no Palácio da Liberdade, para conservar (ou melhor, aumentar) seu prestígio e poder concorrer novamente - 50% dos candidatos não-eleitos tiveram esta sorte.

Como seria de esperar, esta circulação entre cargos eletivos e não-eletivos foi muito maior entre os deputados federais de depois de 1945, e maior ainda entre os federais na República Velha. Isto nos dá uma idéia da evolução deste aspecto de coronelismo em Minas.

O Quadro 15 apresenta a enumeração total de cargos ocupados durante a carreira pré-deputado e compara os deputados estaduais com os federais.<sup>71</sup> Várias diferenças são evidentes: (1) a burocracia federal foi usada com maior freqüência pelos federais; (2) o cargo de Secretário de Estado é mais freqüentemente ocupado *após* o de deputado estadual como trampolim para a Câmara Federal; (3) os deputados federais têm passado pela burocracia em maiores proporções do que os colegas estaduais; (4) por sua vez, os deputados estaduais têm uma certa vantagem em termos de experiência política municipal; (5) uma maior proporção dos federais foram eleitos sem nenhuma experiência política prévia; e (6) os estaduais sofreram maiores proporções de derrotas eleitorais nas suas peregrinações até o cargo legislativo.

Figura 03: Padrões de seqüência de carreira política: Deputados Estaduais mineiros, 1947-1975 (Apenas padrões com uma freqüência total maior que 8 são colocados no diagrama).



6— RESUMO E CONCLUSÕES

Este trabalho procurou analisar os antecedentes sócio-econômicos, regionais e partidários e as carreiras políticas de 322 deputados estaduais mineiros eleitos para as oito legislaturas após 1947 e, dentro do possível, comparar este grupo com os 154 deputados federais eleitos durante o mesmo período.

Inicialmente, podemos tirar algumas conclusões comparando o poder explicativo das quatro principais variáveis independentes na análise de variância. No Quadro 16 podemos ver que as variáveis ocupação principal e partido de primeiro exercício produzem maiores índices de variância nas variáveis de recrutamento, enquanto coorte e região de base política discriminam menos. Entre os indicadores do recrutamento, os da carreira política (número de cargos e número de alterações) apresentam variâncias maiores.

De maneira geral, as observações de maior relevância foram: (1) a ausência de uma “re-institucionalização” do recrutamento similar à observada no início da República Velha, fenômeno este que só ocorreu em 1971; (2) menor atração da região Metalúrgica como polo migratório e menor declínio da Zona da Mata do que no caso da bancada federal; (3) maior resistência do padrão coronelista entre os deputados estaduais, embora haja a tendência a sequências de carreira cada vez mais puramente eletivas ou burocráticas; e (4) os efeitos dos novos sistemas eleitoral e partidário mais competitivos, instalados em 1964, sobre o processo de recrutamento.

Os padrões de recrutamento da ARENA foram vistos como bastante paralelos aos dos seus progenitores — o PSD, a UDN e o PR; em menor escala, o mesmo se dá nos casos do MDB e do PTB.

A tese que vê o PSD como uma “escola política” teve maior confirmação do que com a bancada federal, sendo que este partido, com suas bases amplas e alta competitividade, revelou um recrutamento muito institucionalizado (“sargenteação”), usado para testar e selecionar potenciais candidatos, e mostrou-se o partido com maiores índices de coronelismo.<sup>73</sup>

O PTB apresentou uma “dobradinha” interessante entre o recrutamento estadual e o federal. Para a Assembléia recrutava mais no setor industrial (na sua maioria operários), enquanto para a bancada federal elegeu mais entre as profissões em comando das clientelas.

Os novos partidos organizados após a Revolução de 1964 foram obrigados a recrutar indivíduos procedentes de carreiras menos institucionalizadas (menos experiência política), e elegeram novos deputados com menor instrução, menor “coronelismo” e em idades mais jovens. Já os novos emedebistas

Quadro 15: Carreira Pré-Deputado: frequência de cargos ocupados (Deputados Estaduais, 1947-1975 vs. Deputados Federais, 1946-1975)

Cargos Ocupados	Deputados Estaduais			Deputados Federais		
	Cargos		Dep. Est.	Cargos		Dep. Fed.
	(N)	%		(N)	%	
Burocracia Federal	43	9,2	13,4	77	15,4	50,0
Secretário de Estado	5	1,1	1,6	37	7,4	24,0
Burocracia Estadual: Alto Nível	91	19,5	28,3	81	16,2	52,6
Outros	86	18,5	26,7	55	11,0	35,7
Legislativo Estadual	**	**	**	106	21,2	68,8
Prefeito ou Vice-Prefeito	92	19,7	28,6	42	8,4	27,3
Vereador	103	22,1	32,0	47	9,4	30,5
Burocracia Municipal	40	8,6	12,4	14	2,8	9,1
Cargo Partidário	0	0,0	0,0	6	1,2	3,9
Cargo em outro Estado	0	0,0	0,0	10	2,0	6,5
Legislador Pré-1947/1946	6	1,3	1,9	25	5,0	16,2
Candidato não-eleito	(84)	—	26,1	(32)	—	20,8
Sem cargo prévio	(28)	—	8,7	(20)	—	13,0
Carreira prévia Não-Apurada	(71)	—	22,0	(0)	—	0,0
Total %	—	100,0	—	—	100,0	—
Total (N)	(466)	(466)	(322)	(500)	(500)	(154)



destacavam-se mais ainda dentro desta tendência geral, revelando-se *mais* jovens, *mais* neófitos, *menos* instruídos e *menos* “coronelistas” do que seus colegas arenistas.

A análise regional mostrou que, embora a Zona da Mata tenha sido a maior exportadora de talentos políticos, sua representação política foi ligeiramente maior do que a da Metalúrgica até 1963, enquanto esta região manteve uma liderança absoluta dentro da bancada federal. Após rápida ascensão da região Oeste em 1963, a Metalúrgica passou a dominar em 1971 e 1975.<sup>75</sup>

Dois outros padrões foram revelados pela análise regional: (1) a tendência de concentrarem os ex-partidos seu recrutamento em regiões distintas (e diferentes das rivais), uma espécie de “redutismo;” e (2) um padrão coligado com a influência do Executivo Estadual sobre as eleições para a Assembléia. Tais fatos não foram observados para a bancada federal.

Os deputados estaduais tiveram maior experiência em nível municipal que os federais, o que se refletiu na predominância da seqüência “vereador-prefeito-deputado”. De modo geral, os cargos pré-A. L. foram igualmente divididos entre os eletivos e os burocráticos (de nomeação), e surgiu uma tendência de carreiras “mais puras” — somente eletivas, ou somente não-eletivas.

A análise longitudinal das coortes destacou a de 1963 como singular, sendo recrutada das classes produtoras e entre os técnicos, exibindo pouca experiência e menos coronelismo e caracterizando-se como a da *revanche* da UDN. O fenômeno de o funcionalismo público esperar uns cinco ou seis anos após cada mudança foi identificado, decorrendo provavelmente da sua consolidação cautelosa e adaptação vagarosa às novas regras do jogo político. Uma certa “re-institucionalização” foi detectada na sétima legislatura (eleita em 1970), com mais funcionários públicos e maiores indicadores de coronelismo.

Talvez prevendo este estado de coisas, o recém-empossado Presidente Médici lançou um apelo ao sistema político-partidário no sentido de estimular uma renovação na seleção dos líderes políticos do país.<sup>75</sup> Tal renovação “de baixo para cima” já havia sido cogitada desde a implantação do sistema tributário pelo então Ministro Roberto Campos, no último ano da administração Castelo Branco. Este sistema sofreu modificações profundas, e verbas substanciais para a administração e obras públicas foram repassadas diretamente aos orçamentos municipais (independentemente dos governos estaduais), recursos estes que dinamizaram as administrações dos prefeitos eleitos em novembro de 1966.

Tais reformas objetivaram favorecer a formação de uma nova geração de políticos, treinados no nível municipal, pessoas mais jovens e tecnicamente capazes, que seriam fortes concorrentes nas eleições estaduais e federais se-

Quadro 16: Comparação da análise de variância.  
Variáveis independentes vs. variáveis de  
recrutamento (Teste F Anova)

	Ocupação principal	Região de base política	Partido de primeiro exercício	Coorte
Idade primeiro cargo político	2,32	0,52	0,23	0,53
Carreira Pré- A. L. (Anos)	1,85	0,54	1,58	0,88
Número de cargos Pré-Assembléia	3,29	1,01	2,85	2,73
N.º de alterações Nomeado/Eleito	1,07	0,72	1,99	1,60
Idade entrada na Assembléia	3,64	0,72	0,89	0,39
Carreira na A. L. (Anos)	0,85	0,08	2,27	—

☆

guintes (em 1970). Nos meados de 1970, ficou aparente que o resultado seria outro: dos 650 prefeitos mineiros da ARENA, apenas *cinco* renunciaram a seus mandatos para concorrerem a deputados estadual ou federal, e nenhum do MDB.<sup>76</sup> A coorte de 1971 reflete bem isto.

Em 1975 a história foi outra. Metade desta coorte veio do setor “intelectual” (professores, imprensa e outras profissões), enquanto os agricultores, advogados e funcionários públicos mostraram declínio; são, além disso os mais jovens, têm menor experiência política e apresentam os menores níveis de localismo e instrução. As eleições de 1974 atraíram muito mais prefeitos (e ex-prefeitos eleitos em mandatos tampões de dois anos em 1970) e vereadores a serem candidatos do que foi o caso em 1970, e estes concorreram bem — talvez vingando a tese de Roberto Campos, embora tardiamente.

É altamente significativo o fato de as últimas três coortes (a sexta, sétima e oitava) terem sido tão diferentes umas das outras, bem como o de não ter havido a evolução de nenhum padrão comum. Isto reforça a hipótese elaborada no início deste trabalho, segundo a qual mudanças tipo “macro” nos sistemas político e sócio-econômico influem sobre o processo de recrutamento político no Estado.

#### NOTAS

- 1) Lester G. Seligman, “Recruitment in Politics *Political Research Organization and Design* (PROD), 1: 4 (1958), 14-17; e seu “A Prefatory Study of Leadership in Oregon *Western Political Quarterly*, 12: 1 (1959), 153-167. Para uma conceitualização mais recente, ver seu *Recruiting Political Elites* (Morristown: General Learning Press, 1970), e seu *Patterns of Recruitment* (Chicago: Rand McNally, 1975).
- 2) Gabriel A. Almond e James S. Coleman (eds.), *A Política das Áreas em Desenvolvimento* (Rio: Freitas Bastos, 1969), 38-40; e Gabriel A. Almond e G. Bingham Powell, *Uma Teoria de Política Comparada* (Rio: Zahar, 1972), 20, 35-36.
- 3) Para uma enumeração analítica e extensiva destes estudos, ver William B. Quandt, *The Comparative Study of Political Elites*, Comparative Politics Series 1 (Beverly Hills: Sage Publications, 1970), especialmente Apêndice I, pp. 199-201.

#### A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

- 4) Um levantamento rápido da literatura revelou que existe algum tipo de estudo sobre recrutamento para quase metade dos Estados norte-americanos.
- 5) Para um bom resumo geral do conceito de elites, ver: Geriant Parry, *Political Elites* (New York: Praeger, 1969), 15-29; T. B. Bottomore, *Elites e Sociedade* (Rio: Zahar, 1974), 1-17; e Kenneth Prewitt e Allan Stone, *The Ruling Elites* (New York: Harper, Row, 1973), 1-28. Para uma revisão teórica mais completa dos primeiros dois tipos de estudos, ver David V. Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas Gerais, 1890/1918* (Belo Horizonte: Edições RBEP, 1971), 13-20.
- 6) Por exemplo, Goodman, Swanson e Cornwell comparam a “representatividade” em quatro legislativos e convenções estaduais com as suas respectivas populações em “Political Recruitment in four Selection Systems”, *Western Political Quarterly*, 23: 1 (1970), 92-103.
- 7) Fredrick W. Frey, *The Turkish Political Elite* (Cambridge: The M. I. T. Press, 1965), 180-192.
- 8) William L. Guttsman, *The British Political Elite* (London: MacGibbon & Key, 1963).
- 9) Mattei Dogan, “Political Ascent in a Class Society: French Deputies 1870-1958”, em Dwaine Marvick (ed.), *Political Decision-Makers* (New York: The Free Press, 1961), 57-90. Ver também, Duncan Mcrae Jr., *Parliament, Parties and Society in France, 1946-1958* (New York: St. Martin’s Press, 1967), 47-55.
- 10) Raymond Aron, “Social Structure and the Ruling Class: Part I”, *British Journal of Sociology*, 1: 1 (1950), 15-16.
- 11) Bottomore, *op. cit.*, 33-35. Este autor utiliza dados sobre a distribuição de renda reportados por John Strachey, *Contemporary Capitalism* (London: Gollancz, 1956), 137-138.
- 12) Para uma discussão dos problemas envolvidos em entrevistar amostras longitudinais de políticos mineiros, ver David V. Fleischer, “Political Recruitment in the State of Minas Gerais, 1890-1970”,

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

- (Tese de Ph. D., University of Florida, 1972), Apêndice I, 285-304; e David V. Fleischer, "O Trampolim Político: Mudanças nos Padrões de Recrutamento Político em Minas Gerais", *Revista de Administração Pública*, 7: 1 (1973), 99-116.
- 13) Quandt, *op. cit.*
  - 14) Weston H. Agor (ed.), *Latin American Legislatures* (New York: Praeger, 1971).
  - 15) Em Agor, *ibid.*: Peter Ranis, "Profile Variables among Argentine Legislators," 173-258; Joel G. Verner, "The Guatemalan National Congress: An Elite Analysis," 293-324; e Gary W. Hoskin, "Dimensions of Representation in the Colombian National Legislature," 403-459.
  - 16) Darío Cantón, *El Parlamento Argentino en Épocas de Cambio* (Buenos Aires: Torquato di Tella, 1966); Darío Cantón, *Elecciones y Partidos Políticos en la Argentina* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1973); José Luis de Imaz, *Los que Mandam* (Buenos Aires: Eudeba, 1964); Richard R. Strout, *The Recruitment of Candidates in Mendoza Province, Argentina* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1968); Edgardo Raul Catterberg, "Political Attitudes, Social Backgrounds and Consensus among Argentine Elites" (These de Ph. D., University of North Carolina, Chapel Hill, 1973); Peter G. Snow, "El Político Argentino", *Revista Española de Opinión Pública*, 6 (1966), 135-149; Alberto Ciria, *Parties and Power in Modern Argentina* (Albany: SUNY Press, 1974); Julio A. Fernandez, *The Political Elite of Argentina* (New York: NYU Press, 1970); Rodolfo H. Terragano, *Los Dueños del Poder* (Buenos Aires: n. p., 1972); e Peter H. Smith, *Argentina and the Failure of Democracy: Conflict among Political Elites, 1904-1955* (Madison: University of Wisconsin Press, 1974).
  - 17) Robert A. Packenham, "A Pesquisa Política no Brasil: Ponto de Vista de um Norte-Americano", *Revista de Direito Público e Ciência Política*, 8: 1 (1965), 17.
  - 18) Estas exceções são estudos sobre deputados federais e militares: David V. Fleischer, "Thirty Years of Legislative Recruitment in

A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

- Brazil: An Analysis of the Social Backgrounds and Career Advancement Patterns of 1548 Federal Deputies, 1945-1975", trabalho apresentado ao 10º Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Edinburgh, Escócia, agosto, 1976; Alfred B. Stepan, *Os Militares na Política: As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira* (Rio: Artenova, 1975); e Eliézer Rizzo de Oliveira, *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)* (Petrópolis: Vozes, 1976).
- 19) Lloyd A. Free, *Some International Implications of the Psychology of Brazilians* (Princeton: Institute for International Social Science Research, 1961); Robert Packenham, "The National Legislature in Brazil," em Agor, *op. cit.*, 259-292; Robert Packenham, "Legislatures and Political Development", em A. Kornberg & L. D. Musolf, *Legislatures in Developmental Perspective* (Durham: Duke University Press, 1970), 521-582; e Cesar A. C. Guimarães e Luis Henrique N. Bahia, "Perfil Social e Político do Congresso Eleito em 1974", *Jornal do Brasil*, 14 a 17 de abril, 1975. Dois "surveys" jornalísticos foram também feitos por *Realidade* e *Veja* no período 1970-1971, mas resultados mais substanciais não foram publicados.  
Vale a pena ainda citar mais dois estudos que envolveram entrevistas com alguns deputados federais e senadores: Phillippe C. Schmitter, *Interest Conflict and Political Change in Brazil* (Stanford: Stanford University Press, 1971), 257-306; e um estudo realizado entre elites de várias áreas dirigido por Amaury de Souza e Phillip Converse, mas ainda não publicado.
  - 20) Joel C. Verner, "Educational Backgrounds of Latin American Legislators: A Three-Country Analysis", *Comparative Politics*, 6: 4 (1974), 617-634; e "The Structure of the Public Careers of Brazilian Legislators, 1963-1970", *International Journal of Comparative Sociology*, 16: 1/2 (1975), 64-80.
  - 21) Phyllis J. Petersons, "Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership, 1945-1959" (Tese de Ph. D., University of Michigan, 1962), 271-282.
  - 22) Nilda A. Martinez e José M. Arruda, "Composição Sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara", *Revista de Direito Público e Ciência Política*, 9: 3 (1966), 120-144.

- 23) Maria A. Leopoldi, "Considerações Empíricas sobre a Função de Representação Política", *Revista de Ciência Política*, 6: 4 (1972), 29-50; Lídice A. P. Maduro, "Socialização e Participação Política do Candidato Carioca", *Revista de Ciência Política*, 7: 2 (1973), 97-112; e Maria A. Leopoldi, "Carreira Política e Mobilidade Social: O Legislativo Como Meio de Ascensão Social", *Revista de Ciência Política*, 7: 2 (1973), 83-96.
- 24) Fernando H. Cardoso, "Partidos e Deputados em São Paulo: O Voto e a Representação Política", em F. H. Cardoso e B. Lamounier (eds.), *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (Rio: Paz & Terra, 1975), 45-74.
- 25) Orlando M. Carvalho, *Ensaio de Sociologia Eleitoral* (Belo Horizonte: Edições RBEP, 1954), 66-80.
- 26) Tocary A. Bastos e Thomas W. Walker, "Partidos e Forças Políticas em Minas Gerais", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 31 (1971), 117-158.
- 27) D. V. Fleischer: *O Recrutamento Político em Minas. . .*, *op. cit.*; "Political Recruitment. . .", *op. cit.*; e "O Trampolim Político. . .", *op. cit.*; e "A Bancada Federal Mineira: Trinta Anos de Recrutamento Político, 1945-1975", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 45 (1977), a sair.
- 28) José M. de Carvalho, "Estudos de Poder Local no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 25/26 (1969), 231-248. Um estudo recente sobre o poder local foi especialmente bem montado e comprou os métodos "reputacional", "institucional" e "decision-making" de identificar e analisar elites locais em Caeté, M. G.: Celson J. da Silva, *Marchas e Contramarchas do Mandonismo Local* (Belo Horizonte: Edições RBEP, 1973). Já para o Estado de Goiás, Francisco Itami Campos, "Coronelismo em Estado Periférico: Goiás na Primeira República" (tese de Mestrado apresentado ao Departamento de Ciência Política da UFMG em 1975).
- 29) As eleições de 1947 foram realizadas em dois turnos, em janeiro e março. Esta foi uma eleição "suplementar", mas o número de votos foi suficiente para "derrotar" dois eleitos em janeiro, isto é, foram

- alcançados por dois candidatos que ficaram na suplência em janeiro e por sua vez tornaram-se suplentes. Estes resultados deram margem a certa confusão nas estatísticas eleitorais, sendo que o T. R. E. - MG publicou dois relatórios, um excluindo e outro incluindo os resultados obtidos em março.
- 30) O legislativo estadual, porém, ficou unicameral, uma mudança introduzida em 1935.
- 31) A relação não era estritamente "um-a-um", sendo que foram usadas faixas progressivas e não iguais de população. As conseqüências de desigualdades eleitorais regionais são analisadas em Gláucio A. D. Soares, *Sociedade e Política no Brasil* (São Paulo: DIFEL, 1973), 150-213; Gláucio A. D. Soares, "Desigualdades Eleitorais no Brasil", *Revista de Ciência Política*, 7: 1 (1973), 25-48.
- 32) Estas reduções prejudicaram mais o Norte, e especialmente o Nordeste, onde a disparidade proporcional entre a população e o eleitorado (isto é, alfabetizados maiores de 18 anos) é muito grande. Observam-se estas mudanças ao longo das últimas três eleições:

ESTADO	DEPUTADOS ESTADUAIS		
	1966	1970	1974
Pernambuco	65	39	42
Alagoas	35	15	18
MINAS GERAIS	82	59	61
Paraná	45	47	54
Rio Grande do Sul	55	50	56

Para uma discussão dos efeitos da implantação do sistema bi-partidário em 1966 e das mudanças na representação política dentro do sistema de representação proporcional, ver David V. Fleischer, "Concentração e Dispersão Eleitoral: Um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974)," *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 43 (1976), 333-360.

Operacionalizações interessantes de concentração e dispersão eleitoral (força eleitoral) do ponto de vista das regiões mineiras e não pela votação total dos deputados se encontram num estudo longitudinal (1954 a 1966) de Anis José Leão, "Estudo de quatro eleições de deputados em Minas Gerais," *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 23/24 (1967/68), 275-294.

- 33) A manipulação da suplência chegou a ser um tanto abusada, especialmente antes de 1968. Para cumprir certos compromissos partidários, regionais etc., deputados se licenciavam durante certos períodos para "dar uma chance para alguns suplentes (correligionários) aparecerem um pouco", mas o titular sempre reassumia seu mandato na véspera das eleições. Às vezes o partido desconfiava da lealdade de certos suplentes em épocas de crise ou de votações importantes e os titulares eram chamados de volta às pressas para reassumir por uns dias para garantir a posição da liderança. Entrevista com José Maria de Alkmim, Belo Horizonte, fevereiro, 1971.
- 34) O autor gentilmente agradece o apoio recebido do Foreign Area Fellowship Program, da University of Florida e do Departamento de Ciência Política da UFMG durante a pesquisa. Em particular, o apoio e assistência profissional dos professores José Murilo de Carvalho, Antônio O. Cintra e Fábio Wanderley Reis foram inestimáveis.
- 35) Câmara dos Deputados, *Deputados Brasileiros* (compilados da quinta à oitava legislatura, 1962 a 1975); Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *Constituintes Brasileiros de 1934* (Rio: Imprensa Oficial, 1934); Gastão Pereira da Silva, *Constituintes de 1946* (Rio: J. Ozon, 1946); Amador Cysneiros, *Parlamentares* (Rio: Batista de Souza, 1953); e Afrânio Coutinho, *Brasil e Brasileiros de Hoje* (Rio: Ed. Sul Americana, 1961).
- 36) A computação inicial foi feita pelo Northeast Regional Data Center da University of Florida em 1971; para esta versão revisada foi usado o Centro de Processamento de Dados da Universidade de Brasília em 1975. O autor agradece esta colaboração imprescindível.
- 37) Neste estudo, aproximadamente 160 (50%) dos deputados pesquisados foram entrevistados diretamente.

- 38) Ver David V. Fleischer, "A Bancada Federal Mineira," *op. cit.*
- 39) Para uma discussão mais detalhada da significação da advocacia na política, ver: Heinz Eulau & John Sprague, *Lawyers in Politics* (Indianápolis: Bobbs-Merrill, 1964); Joseph Schlesinger, "Lawyers in Politics: A Clarified View", *Midwest Journal of Political Science*, 1: 1 (1957), 26-39; James D. Barber, *The Lawmakers: Recruitment and Adaptation to Legislative Life* (New Haven: Yale University Press, 1965), 67-69, 234-235; Joseph A. Schleginger, *Ambition and Politics: Careers in the United States* (Chicago: Rand McNally, 1966), 6-7; e R. S. Wells, "The Legal Profession and Politics", *Midwest Journal of Political Science*, 8: 1 (1964), 166-190.
- 40) Estas variáveis foram construídas assim: *Idade Primeiro Cargo Político*: data deste cargo – data de nascimento; *Carreira Pré-Assembleia*: data do primeiro mandato – data do primeiro cargo; *Nº de Cargos Pré-A. L.*, repetições do mesmo cargo contam como um, e deputados sem carreiras prévias foram codificados "zero"; *Idade Entrada na A. L.* : data do primeiro mandato – data de nascimento; e *Número de Alternações*: número de vezes que o deputado alternava entre cargos eletivos e de nomeação.  
Para não perder dados e aumentar a precisão, utilizou-se um ano calendário decimal; por exemplo, um deputado nascido em 01 de julho de 1911 seria codificado como "911,50"
- 41) Para a discussão do conceito de coronelismo, ver: Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (Rio: Ed. Revista Forense, 1948); Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas. . .*, *op. cit.*, 54-60; João Camillo de Oliveira Torres, *Estratificação Social no Brasil* (São Paulo: DIFEL, 1965), 133; Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: Uma Revisão na Política Brasileira* (Rio: José Olímpio, 1960), 169; Antônio O. Cintra, "A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Relações entre o Centro e a Periferia", *Cadernos DCP*, 1 (1974), 81-89; Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Marcos Vinícius Vilaça, *Coronel, Coronéis* (Rio: Tempo Brasileiro, 1965); Eul-Soo Pang, "Coronelismo in Northeast Brazil", em Robert Kern (ed.), *The Caciques* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1973), 65-88; e Maria A. Ferraz de Sá, *Dos Velhos aos Novos Coronéis* (Recife: PIMES/UFPe, 1974).

## CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Para uma versão à guisa de romance destas negociações na área do Triângulo e Alto Paranaíba Mineiro, ver Mário A. Palmério, *Vila dos Confins* (Rio: José Olímpio, 1960).

- 42) A região de base política (região “representada”) foi mais difícil de operacionalizar. Nos Quadros 3 e 4, para ser consistente, usaram-se os dados da primeira eleição do deputado. Ver nota 66 para uma discussão mais ampla deste problema.
- 43) Isto também foi o caso em nível nacional, isto é, os Estados menos desenvolvidos recrutavam deputados federais com maiores níveis de escolaridade; por exemplo, Rio Grande do Norte, 92,3% e Mato Grosso, 91,4% com instrução superior completa, contra São Paulo, 86,7% e Guanabara, 84,9%. Fleischer, “Thirty Years of Legislative Recruitment in Brazil. . .”, *op. cit.*, 29, 32.
- 44) “Mobilidade geográfica” ou “não-localismo” é o caso do deputado nascido em região diferente daquela em que tem a sua base política (ou que nasceu em outro Estado).
- 45) Paulo Roberto Motta, *Movimentos Partidários no Brasil: A Estratégia da Elite e dos Militares* (Rio: Fundação Getúlio Vargas, 1971), 45.
- 46) Cardoso, *op. cit.*, 53. Para uma discussão da implantação e evolução do sistema multipartidário no Brasil, ver Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976), 111-168.
- 47) José Murilo de Carvalho, “Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 20 (1966), 153-194.
- 48) Mota, *op. cit.*, 45.
- 49) Cardoso, *op. cit.*, 54.
- 50) Ex-Deputado Estadual Castelar M. Guimarães, entrevista em Belo Horizonte, 1970.

## A REDEMOCRATIZAÇÃO EM MINAS: . . .

- 51) Entrevista com Paulino Cícero Vasconcellos, Belo Horizonte, abril, 1970. Nota-se que a proporção de não-apurados (32,4%) é muito alta para estes partidos, e portanto as inferências sobre tais dados são menos confiáveis. Observa-se que a rubrica “Outros Partidos” agrega as seguintes agremiações: PDC, PTN, PRP, PCB, PST e ALT.
- 52) Aqui se faz referência apenas aos deputados eleitos pela primeira vez em 1966, 1970 ou 1974. Os deputados “veteranos” já eleitos anteriormente sob legendas de ex-partidos não constam como tendo sido “recrutados” pela ARENA ou pelo MDB.
- 53) Em 1962, Júlio Barbosa notou este “crescente processo de ‘regionalização’ do legislativo mineiro. . . sendo cada vez menor a possibilidade de ser alguém eleito para a Assembléia sem o apoio maciço de pelo menos uma ‘base’”. “Análise Sociológica das Eleições de 1962 em Minas Gerais”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3:2 (1963), 303. Para uma análise deste processo de concentração regional de 1954 a 1966, ver Anis José Leão, *op. cit.* Já para o período pós-revolucionário (1966-1974), ver Fleischer, “Concentração e Dispersão Eleitoral. . .”, *op. cit.*
- 54) Para uma conceitualização do termo “institucionalização política”, ver Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas Gerais*, *op. cit.*, 40-43.
- 55) Para uma discussão maior sobre “mudanças ao longo do tempo”, ver Frey, *op. cit.*, 25, 199-200. Estas mudanças no recrutamento legislativo podem ser devidas a três fatores: o peso diferencial dos deputados que (1) são recém-eleitos; (2) não retornam; e (3) são reeleitos.
- 56) Uma elaboração maior do termo “coorte” se encontra em Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas Gerais*, *op. cit.*, 37.
- 57) Com a exceção de 1959, este padrão é igual ao dos deputados federais. Estes picos maiores para funcionários públicos ocorrem exatamente *uma coorte* depois de cada mudança de regime (em 1945 e 1971). Isto provavelmente significa que estes burocratas levavam entre cinco e seis anos após uma mudança deste tipo para consolidar as suas posições dentro das novas “regras do jogo”, para depois

aparecer desproporcionalmente numa coorte. Ver Alexandre S. C. Barros, "The Changing Role of the State in Brazil: The Technocratic Military Alliance" (trabalho apresentado à Sexta Reunião da Latin American Studies Association, Atlanta, Georgia, março, 1976), 9. No caso das eleições de 1950 (a coorte de 1951), é possível que a campanha de Getúlio Vargas tenha contribuído para este resultado, pois como líder nacional do PTB tinha o direito de indicar 10% dos candidatos para compor cada chapa estadual. Entrevista com Castelar M. Guimarães, Belo Horizonte, 1970.

No caso da coorte mais recente (1971), o fechamento do Congresso em 1968 e a percepção geral de incerteza por parte dos políticos com relação ao futuro da "vocaçao política" durante o início da década de 1970 talvez tenha convencido muitos candidatos potenciais a esperarem "dias melhores" em 1974. Para uma discussão maior sobre as motivações da classe política mineira em 1970, ver Fleischer, "O Trampolim Político. . .", *op. cit.*, 112-115.

- 58) Em sua análise, Júlio Barbosa diz que "a principal razão consiste no fato de que as eleições legislativas são, em Minas Gerais, aquelas que mais se prestam e mais respondem à influência direta e indireta do Executivo Estadual". *Op. cit.*, 293.
- 59) Fleischer, "Thirty Years of Legislative Recruitment in Brazil", *op. cit.*, p. 79, nota 111.
- 60) Para uma discussão mais ampla do conceito de "institucionalização política", ver Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas Gerais*, *op. cit.*, 40-43.
- 61) Para uma análise das razões e explicações do ambiente político "desestimulante" em 1970, aos olhos dos próprios deputados, ver Fleischer, "O Trampolim Político. . .", *op. cit.*, 112-115.
- 62) Para uma descrição da campanha de 1974 em Minas Gerais, ver Sebastião Nery, *As 16 Derrotas que Abalaram o Brasil* (Rio: Francisco Alves, 1975), 81-86. Para uma visão da campanha em âmbito nacional e uma interpretação mais "realista" quanto à liberdade reinante, ver Carlos Estevam Martins, "O Balanço da Campanha", em Cardoso e Lamounier, *op. cit.*, 79-86.

- 63) Nota-se que o cálculo do índice de parentes na política em 15% para a coorte de 1975 pode ser indevidamente baixo, devido ao fato de a coleta de dados para este grupo não ter sido tão exaustiva quanto para os outros.
- 64) O retorno foi calculado tomando-se a porcentagem dos deputados da coorte que voltaram a mandatos na próxima legislatura. Por exemplo, dos novos deputados eleitos em 1970, 50,0% voltaram à legislatura atual (1975-1979). No caso dos indicadores de longevidade, ver Fleischer, *O Recrutamento Político em Minas Gerais*, *op. cit.*, 48-51.
- 65) Entrevista com Castelar M. Guimarães, Belo Horizonte, 1970.
- 66) Em seu trabalho sobre os deputados eleitos em 1966, Anis José Leão encontrou 24,4% dos deputados estaduais e 39,6% dos federais sem reduto (distrito) eleitoral identificável (*op. cit.*, 292). Embora Leão tenha operacionalizado o conceito "representação regional" em termos do porcentual da votação total que o deputado conseguisse na região e tenha usado um critério muito rigoroso (50%), fica patente que o problema é menor em nível estadual que federal. No presente trabalho, pensou-se em duas maneiras de operacionalizar este conceito: (1) entrevistar os deputados quanto a sua percepção de qual região "representavam"; ou (2) verificar seus vínculos regionais através da distribuição de sua votação (dados do TRE-MG) e pelos dados de carreira política, associações e parentesco. A primeira idéia foi logo descartada, dada a impossibilidade de contatar todos os deputados. A segunda alternativa está sub-dividida em duas operacionalizações no Quadro 11: (1) para as últimas três legislaturas, identificaram-se os redutos eleitorais diante da distribuição geográfica da votação obtida pelos deputados (de maneira inversa à que foi usada por Leão); ver Fleischer, "Concentração e Dispersão Eleitoral", *op. cit.*, 335-341; e (2) para as demais legislaturas, a identificação se baseou nos dados sobre carreira, associações e parentesco. Como se pode observar neste Quadro, o segundo método deixou muito a desejar, pois as proporções de região não-apurada são grandes, embora decrescentes, para estas cinco legislaturas.
- 67) Este mesmo fenômeno foi encontrado por V. O. Key Jr., em sua análise da "geografia eleitoral" dos estados sulinos nos EE. UU. Cf. *Southern Politics* (New York: Random House, 1949), 37-41.

- 68) Para uma visão do impacto eleitoral, ver nota 32.
- 69) No início de cada legislatura, este indicador foi calculado como o número de anos que os deputados tinham servido na A. L., e os “calouros” recebiam o valor “zero”. A variação deste indicador é decorrente de e está em relação direta com o retorno e a longevidade das coortes anteriores.
- 70) O Quadro 14 difere do Quadro 10 em dois aspectos: (1) as idades são efetivas tendo sido calculadas no início de cada legislatura para todos os deputados; e (2) a filiação partidária dos deputados é a efetiva daquela sessão, e portanto passível de mudança em outras sessões.
- 71) Lembra-se que a Figura 3 e o Quadro 12 não são comparáveis estritamente, pois muitas vezes um futuro deputado ocupou o mesmo cargo mais de uma vez.
- 72) A experiência política em nível municipal tem duas dimensões: eleitoral — construa-se uma base mais segura e duradouras, embora leve mais tempo; e socialização — um deputado com este tipo de experiência é muito mais sensível aos problemas regionais e locais e consegue entender melhor “o processo político” interiorano. O então Ministro da Fazenda, Francisco C. Santiago Dantas, lamentava o fato de não ter adquirido experiência municipal ou estadual antes do seu ingresso direto para o cenário nacional. Entrevista com Tancredo de Almeida Neves, Brasília, setembro, 1970.
- 73) Para uma análise deste partido em nível nacional, ver Lúcia Lippi Oliveira, “O Partido Social Democrático” (tese de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973).
- 74) Para um diagnóstico da Zona da Mata Mineira, ver S. S. Panagides, et. al. *Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais* (Rio IPEA/INPES, 1973) e E. Paniago et. al., *Estudos sobre uma Zona Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais II* (Rio IPEA/INPES, 1973). Para uma análise do papel da “cidade polo” da região, Maria Carlota de Souza Paula, “As Vicissitudes da Industrialização Periférica: O caso de Juiz de Fora de 1930 a 1970” (tese de Mestrado, Departamento de Ciência Política da UFMG, 1976).

- 75) “Projeto Novos Políticos”, *Veja*, 17 de dezembro, 1969, 21-22.
- 76) “Partidos em Busca de Candidatos”, *Estado de Minas*, 24 de maio de 1970, 2. Para uma visão do problema em escala nacional, ver “Eleições: Faltam Candidatos”, *Veja*, 08 de abril, 1970, 31. Para maiores detalhes das razões deste fenômeno em Minas, vistas pelos olhos da “classe política”, ver Fleischer, “O Trampolim Político. . .”, *op. cit.*, 112-115.